



Relatório de Execução do Programa Intervir+ Ano 2007



Índice

3	Lista de Siglas
4	Nota introdutória
5	Sumário Executivo
7	1. Introdução e enquadramento do Programa Intervir+
7	1.1. Processo de preparação do Programa
9	1.2. Apresentação e operacionalização do Programa
12	1.3. Evolução da conjuntura económica regional
20	1.4. Modificações do contexto socioeconómico
21	2. Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo
21	2.1. Gestão e acompanhamento
24	2.2. Avaliação
26	2.3. Sistemas de Informação
27	2.4. Descrição do Sistema de Gestão e Controlo
29	3. Análise do progresso do Programa Operacional
29	3.1. Fluxos financeiros com a Comissão Europeia
29	3.2. Candidaturas apresentadas, aprovadas e excluídas
29	3.3. Execução financeira do Programa Operacional e por Eixo Prioritário
29	3.3.1. Financiamento aprovado e despesa executada
29	3.3.2. Financiamento de grandes projectos e subvenções globais
29	3.3.3. Utilização da Assistência Técnica
30	3.4. Execução física do Programa Operacional por Eixo Prioritário
31	4. Acções de divulgação, informação e publicidade
39	5. Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional
41	6. Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias
43	7. Evolução previsível para o ano seguinte
47	Anexos

Índice de Quadros

Quadro 1 - Momentos mais determinantes no processo de negociação do Programa	8
Quadro 2 - Eixos Prioritários do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial	9
Quadro 3 - Montantes Programados	10
Quadro 4 - Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade em 2005	14
Quadro 5 - Planeamento de Actividades de Adaptação do SIGMA ao Programa Intervir+	27
Quadro 6 - Previsão de Pedidos de Pagamento para 2008	45
Quadro 7 - Ficha de Programa (Anexo 1)	47
Quadro 8 - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (Anexo 2)	48
Quadro 9 - Indicadores de Realização Física (Anexo 3)	49
Quadro 10 - Indicadores de Resultados (Anexo 4)	50
Quadro 11 - Indicadores Comuns (Anexo 5)	51
Quadro 12 - P&I - Intervir+ (Anexo 6)	52

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução 1995-2005 do Índice de Disparidade do PIB per capita (UE27=100)	12
Gráfico 2 - Taxa de variação 2004/2005 do PIB da RAM e do total do país (em volume)	12
Gráfico 3 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2005 (PT=100)	13
Gráfico 4 - Estrutura do Valor Acrescentado Bruto na RAM	13
Gráfico 5 - Evolução da FBCF na RAM	15
Gráfico 6 - Evolução 2000-2005 do Índice de Disparidade da Produtividade (UE27=100)	15
Gráfico 7 - Índice de Disparidade da Produtividade em 2005 (PT=100)	16
Gráfico 8 - Poder de Compra das NUT II em 1995 e 2005	16
Gráfico 9 - Indicador per capita do Poder de Compra Concelhio	17
Gráfico 10 - Evolução da taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor	17
Gráfico 11 - Evolução do Comércio Internacional da RAM	18
Gráfico 12 - Evolução demográfica na RAM	18
Gráfico 13 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários 1995-2006	19
Gráfico 14 - Evolução do emprego e desemprego na RAM	19
Gráfico 15 - Estrutura do nível de instrução da população empregada na RAM	20

Lista de Siglas

AG Autoridade de Gestão

CA Comissão de Acompanhamento

CE Comissão Europeia

EAT Estrutura de Apoio Técnico

FBCF Formação Bruta de Capital Fixo

FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

IDR Instituto de Desenvolvimento Regional

IDE-RAM Instituto de Desenvolvimento Empresarial

IFC Instituto de Gestão de Fundos Comunitários

IFDR Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional

IGF Inspeção-Geral de Finanças

PDES Programa de Desenvolvimento Económico e Social

PEC Plano Estratégico de Comunicação

PIB Produto Interno Bruto

PME Pequenas e Médias Empresas

PO Programas Operacionais

POPRAM III Programa Operacional Plurifundos para a Região Autónoma da Madeira

POVPECT Programa Operacional Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial

RAM Região Autónoma da Madeira

QCA Quadro Comunitário de Apoio

QREN Quadro de Referência Estratégico Nacional

SIGMA Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos

UE União Europeia

UG Unidade de Gestão

VAB Valor Acrescentado Bruto

Nota Introdutória

A Autoridade de Gestão (AG) apresenta, pela primeira vez em 2008, à Comissão de Acompanhamento (CA), para análise e aprovação, um relatório anual sobre a execução do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira, adiante designado Programa Intervir+, para posterior apresentação à Comissão Europeia, no cumprimento do disposto no artigo n.º 67 do Regulamento (CE) 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho de 2006.

A coordenação global do Relatório de Execução Anual coube ao Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR), enquanto Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, em articulação com o contributo do organismo associado à gestão - Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM).

O Relatório agora apresentado seguiu uma estrutura simplificada da constante do anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro, em virtude de no primeiro ano, não ter existido conteúdo suficiente que permitisse seguir aquela estrutura. No entanto, e no respeito pelas Orientações para a elaboração do Relatório de Execução Anual (2007) dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão, da entidade responsável pela monitorização operacional e financeira nas matérias relativas às operações co-financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão (IFDR), pretendeu-se dar informação que possibilitasse a Análise Anual do Programa Operacional, de acordo com o estipulado no artigo n.º 68 do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

De referir que o relatório em apreço foi produzido num período particularmente exigente, por coincidir com o encerramento do POPRAM III e o arranque do novo período de Programação, impondo aos intervenientes um esforço de trabalho acrescido às exigências das suas funções.

Sumário Executivo

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial foi aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2007) 4622, de 5 de Outubro, o que permitirá à RAM co-financiar operações no âmbito da Componente Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

O ano de 2007 coincidiu com o período de transição do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCAIII) para o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013, acompanhado por mudanças significativas nas orientações e no modelo de governação das intervenções estruturais ao nível nacional.

Assinala-se a legislação produzida no ano de 2007, quer nacional, quer regional, determinante para a operacionalização do Programa Intervir+, sendo o primeiro referencial normativo a destacar, o QREN aprovado pela Decisão C (2007) 3165, da Comissão Europeia, de 28 de Junho de 2007, validado pelo Governo português através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho, e assinado com a Comissão Europeia em 2 de Julho de 2007, pois definiu as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período de 2007 -2013 e para a estruturação dos PO temáticos e regionais.

Para além da Legislação Comunitária e Nacional existente, tornou-se necessário criar os mecanismos legais Regionais que permitissem à Autoridade de Gestão ter bases para operacionalizar o Programa, sendo de destacar o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M que define para a Região Autónoma da Madeira o modelo de governação dos seus dois programas operacionais regionais previstos no âmbito do QREN e o Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 7 de Dezembro, que aprova o enquadramento legal de referência de um conjunto de instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e funcionamento das empresas.

Realça-se neste ano o arranque dos trabalhos da Autoridade de Gestão no que concerne à elaboração dos mecanismos necessários à implementação do Programa. No entanto, pelo facto de ter sido o ano das negociações do Programa, constituiu per si um constrangimento ao bom e atempado desenvolvimento dos instrumentos de aplicação do Programa, o que, aliado à circunstância de a aprovação dos Programas Operacionais do QREN ter ocorrido no último trimestre de 2007, dificultou a própria concepção e execução desses instrumentos.

As principais actividades determinantes para o arranque do Programa Intervir+, desenvolvidas pela estrutura de gestão ao longo deste primeiro ano de implementação, foram nomeadamente associadas à definição de procedimentos internos; constituição e realização da primeira Comissão de Acompanhamento, constituição da Unidade de Gestão, aprovação dos respectivos Regulamentos Internos, critérios de selecção e por último as reuniões entre os órgãos de governação e igualmente das matérias associadas ao órgão de orientação política e estratégica. Por fim, desenvolveu-se ainda o Plano de Avaliação e deu-se início aos trabalhos de preparação do processo de concepção do Plano de Comunicação.

Durante o ano de 2007, quer a Autoridade de Gestão, quer o Organismo ou Organismos a serem objecto de delegação de funções de gestão no âmbito dos Sistemas de Incentivos, iniciaram igualmente os procedimentos internos subjacentes às medidas a adoptar para garantir a compatibilidade com as dimensões horizontais das políticas comunitárias, nomeadamente no que respeita a regras de contratação pública, igualdade de oportunidades e questões ambientais, mediante o desenvolvimento dos respectivos instrumentos específicos.

Em Dezembro de 2007 foram concluídos o Regulamento Específico FEDER e o formulário de candidatura com as respectivas instruções de preenchimento. A sua disponibilização no site do IDR foi feita no dia 18 de Dezembro de 2007. Os restantes formulários ficaram em fase de conclusão, tendo sido iniciada a elaboração do Manual de Procedimentos do FEDER.

Encontravam-se assim reunidas as condições para o arranque efectivo do Programa Intervir+, optando-se por fazer coincidir a data de apresentação do Programa com a data de operacionalização da apresentação de candidaturas, nos termos dos regulamentos específicos que se encontram disponíveis no sítio do Programa Intervir+: www.idr.gov-madeira.pt/intervir+.

O período de abertura de candidaturas, em regime aberto, definido pois para o Programa Intervir+ abrange o período de 18 de Dezembro de 2007 até ao dia 31 de Dezembro de 2013.

Um apontamento para a Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa de 18 Dezembro de 2007, no contexto do lançamento do Programa Intervir+, pelo alcance que se pretendeu conferir, inclusive com a grande campanha de informação e publicidade, iniciada em paralelo.

Devido à aprovação tardia do Programa, este ainda não regista nenhuma aprovação de operações, e por conseguinte não apresenta execução física e financeira.

O ano de 2008 será então o ano em que estarão criadas todas as condições necessárias ao arranque efectivo do Programa e ainda o ano em que a Autoridade de Gestão concluirá os trabalhos de descrição do sistema de gestão e controlo relativamente à organização e procedimentos a aplicar ao Programa Intervir+, com o objectivo de, logo após a recepção do parecer de conformidade (disposto nos artigos 62.º e 71º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho), e tendo por pressuposto um cenário optimista de inexistência de reservas ao relatório, efectuar o primeiro pedido de pagamento intermédio à Comissão Europeia.

Fundamentalmente, consideramos que existem condições para que no ano de 2008 venham a ser implementados todo o conjunto de regras, regulamentos e normativos que constituem o quadro legal em que assenta o desenvolvimento dos Programas Operacionais. Desta forma, estarão ultrapassados os formalismos que permitirão a aprovação de candidaturas no âmbito deste Programa e como tal, é expectável que, atendendo aos níveis de realização de alguns projectos passíveis de apoio, seja certificada despesa.

Esta possibilidade, constitui uma vertente essencial para a Gestão, tanto no que concerne a uma efectiva operacionalização do Programa, como também, no que respeita à dinâmica que é necessária para o cumprimento da regra n+3, que recorde-se, tem no caso da RAM um patamar elevado que a programação estabelece.

Em suma, a reflexão aqui introduzida permite-nos antever progressos significativos para o ano subsequente, esperando-se uma recuperação dos atrasos verificados de modo a prever um início do Programa com um bom ritmo de execução.

I. Introdução e enquadramento do Programa Intervir+

O primeiro capítulo do Relatório de Execução pretende descrever os momentos mais determinantes do processo de preparação e de negociação do Programa, apresentá-lo genericamente e ainda efectuar uma actualização do seu contexto socioeconómico, de modo a compreender todo o panorama externo que influencia a sua implementação na Região Autónoma da Madeira (RAM).

I.1. Processo de preparação do Programa

A elaboração do Programa Intervir+ teve por base o Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013 (PDES 2007-2013), desenvolvido pelo Governo Regional da Madeira, no respeito pelas Orientações Estratégicas da Comunidade para a Coesão e as orientações do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

A elaboração deste instrumento de programação estrutural comunitária 2007-2013 beneficiou, de forma significativa, não apenas do exercício de planeamento e de programação concretizado pelo PDES 2007-2013 mas, sobretudo, da circunstância desse exercício de planeamento e de programação ter sido concebido e implementado de forma não apenas atenta à orientação estratégica dos investimentos e acções de desenvolvimento realizadas na responsabilidade financeira da Região mas também dirigida a enquadrar estrategicamente a nova geração de Programas Operacionais.

Neste contexto, o Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial especificou, nos moldes determinados pelos regulamentos comunitários estruturais, as dimensões relevantes da estratégia de desenvolvimento definida no PDES cuja concretização é susceptível de co-financiamento pelo FEDER, num processo que envolveu o estabelecimento de articulações técnicas entre os departamentos relevantes da Administração Regional, o diálogo aprofundado com os parceiros económicos, sociais e institucionais e a aprovação pelo Governo Regional da Madeira.

Igualmente, todos os estudos que foram sendo produzidos, quer regionais, quer nacionais, muito contribuíram para a elaboração deste instrumento de programação. No plano regional, de assinalar o Estudo de Avaliação Intercalar do POPRAM III – Consórcio CEDRU/Quaternaire, 2003, e respectiva Actualização, datada de 2005, o Estudo de Impacto dos Fundos Estruturais na Valorização dos Recursos Humanos na Região Autónoma da Madeira – Direcção Regional de Formação Profissional, 2004, e o Estudo “A Região da Madeira no Contexto das Motivações dos Fundos Estruturais na Europa Alargada – Indicadores e Posicionamento” - Augusto Mateus Associados, 2004. À escala nacional, particular referência para o Estudo Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social – Coord. Consórcio Augusto Mateus & Associados, CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE, 2005, de entre uma panóplia de Estudos Temáticos que constituíram alicerce aos trabalhos de preparação do QREN.

Os trabalhos de preparação do Programa Intervir+ tiveram início no ano de 2006 e foram desenvolvidos com a intervenção de representantes de organismos associativos, privados e entidades públicas da RAM, sendo que, após finalizado um primeiro projecto de Programa Operacional no verão de 2006, foi promovida uma sessão de trabalho no início do último trimestre de 2006 envolvendo todos os actores público-privados regionais, e tendo sido prestados esclarecimentos e debatidas questões que foram suscitadas no âmbito dessa versão preliminar dos Programas Operacionais Regionais para o período 2007-2013.

Dessa consulta, resultou uma proposta de Programa Operacional que foi submetida a aprovação pelo Conselho de Governo da Região Autónoma da Madeira (Resolução do Conselho de Governo n.º 1532/2006, de 30 de Novembro).

A concepção propriamente dita do Programa, terminou no ano de 2006, contudo as articulações que se iniciaram quer com as Autoridades Nacionais, quer com as Autoridade Comunitárias, após a aprovação do Programa pelo Conselho de Governo, e, já em 2007, após a entrega da proposta de QREN 2007/2013 à Comissão Europeia pelo Estado-Membro, logo no início do ano, foram moldando a versão do Programa.

Em Fevereiro de 2007, a proposta oficial do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial foi enviada à Comissão Europeia, através da Coordenação do QREN, dando início assim ao período de negociação do Programa.

Importa porventura aqui reportar que o Relatório Final da Avaliação Ex-Ante dos Programas Operacionais (PO) da RAM foi enviado à Comissão Europeia, logo em Março, embora já constasse uma síntese do mesmo na proposta oficial do Programa, enviada no mês anterior.

O Quadro I retrata os momentos mais determinantes no processo de negociação, processo que se prolongou por sete meses

Quadro I - Momentos mais determinantes no processo de negociação do Programa

	2007											
	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07	Jun-07	Jul-07	Ago-07	Set-07	Out-07	Nov-07	Dez-07
Envio de proposta oficial do PO FEDER da RAM à Comissão Europeia		3										
Envio do Relatório Final da Avaliação Ex-Ante dos POs da RAM à CE			6									
Workshop relativo à Avaliação Ambiental Estratégica das intervenções 2007-2013 co-financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão			6									
Carta de aceitabilidade da proposta de PO FEDER da RAM por parte da CE			14									
Observações oficiais da CE sobre a proposta de PO FEDER da RAM				25								
Reunião de negociação sobre o PO FEDER com a Comissão Europeia						5						
Reunião sobre Indicadores do QREN (PO FEDER)						18						
Aprovação final do QREN 2007/2013 (Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007 de 28 de Junho)						28						
Reenvio de proposta oficial dos POs da RAM à CE							13					
Reenvio de proposta oficial do PO FEDER da RAM à CE									27			
Aprovação do PO FEDER da RAM (Decisão da Comissão C(2007) 4622 de 5 de Outubro)										5		

O período de negociação culminou pois na aprovação por parte da Comissão Europeia através da Decisão C(2007) 4622 de 5.10.2007, do Programa Operacional de “Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da Região Autónoma da Madeira” de intervenções comunitárias do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a título do Objectivo da Competitividade Regional e Emprego na Região Autónoma da Madeira.

I.2. Apresentação e operacionalização do Programa

Esta secção pretende apoiar a leitura do presente Relatório, consistindo esta primeira parte em nada mais do que numa breve apresentação do Programa Intervir+.

O Programa Operacional encontra-se estruturado em seis Eixos Prioritários:

- Eixo Prioritário I – Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento;
- Eixo Prioritário II – Competitividade da Base Económica Regional;
- Eixo Prioritário III – Desenvolvimento Sustentável;
- Eixo Prioritário IV – Coesão Territorial e Governança;
- Eixo Prioritário V – Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade;
- Eixo Prioritário VI – Assistência Técnica.

A tabela seguinte apresenta de forma sistemática, para cada um dos Eixos Prioritários do Programa Operacional, as respectivas Vertentes de Intervenção e Objectivos Específicos, bem como os Principais Domínios de Intervenção e Investimento.

Quadro 2 - Eixos Prioritários do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	> Transformar o padrão de especialização e aumentar a inovação na economia da Região	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Acções Inovadoras
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	> Desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região	> Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico > Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
	Modernização Administrativa	> Melhorar a qualidade e a eficácia da Administração Regional	> Modernização Administrativa
Eixo II - Competitividade da Base Económica Regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	> Assegurar a sustentabilidade e a diversificação da economia regional	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Engenharia Financeira
	Envolvente empresarial	> Melhorar a envolvente da actividade empresarial	> Acções Colectivas > Acolhimento Empresarial > Energia
Eixo III - Desenvolvimento Sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	> Melhorar a eficiência e a cobertura dos sistemas de abastecimento e tratamento de água e de resíduos sólidos urbanos	> Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa > Resíduos Sólidos Urbanos
	Riscos naturais e tecnológicos	> Prevenir, gerir e monitorizar riscos naturais e tecnológicos	> Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza e biodiversidade	> Intervir no ambiente, na natureza e na biodiversidade	> Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade

Eixo PO	Vertentes de Intervenção	Objectivos Específicos	Principais Domínios de Intervenção e de Investimento
Eixo IV - Coesão Territorial e Governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos	> Mobilidade > Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer > Educação > Saúde e Desenvolvimento Social
	Reabilitação urbana e rural	> Apoiar a reabilitação urbana e rural	> Reabilitação Urbana e Rural
	Cooperação interregional	> Conhecer boas práticas de desenvolvimento regional europeu	> Cooperação Interregional
Eixo V - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	> Combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais	> Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade > Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	> Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperifericidade	> Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade
Eixo VI - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	> Preparação, Análise, Selecção, Avaliação e Acompanhamento de Projectos > Comunicação, Informação e Publicidade > Sistema de Indicadores de Apoio à Monitorização do PO > Sistema de Informação > Estudos de Diagnóstico e Avaliação > Aquisição de Serviços Especializados Externos

O Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial mobiliza cerca de 320,5 milhões de Euros de recursos comunitários propiciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que permitirão assegurar um financiamento total de cerca de 450 milhões de Euros (aos quais acrescem outros financiamentos no montante de 95 milhões de Euros). O Quadro 3 sintetiza os montantes programados envolvidos no Programa.

Quadro 3 - Montantes Programados

Eixos Prioritários	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Financiamento Total	Taxa de Co-financiamento
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4) = (1) / (3)
Eixo Prioritário I – Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	34.992.667	8.748.167	43.740.834	80,00%
Eixo Prioritário II – Competitividade da Base Económica Regional	49.472.186	12.368.047	61.840.233	80,00%
Eixo Prioritário III – Desenvolvimento Sustentável	71.342.601	17.835.650	89.178.251	80,00%
Eixo Prioritário IV – Coesão Territorial e Governação	91.916.874	22.980.000	114.896.874	80,00%
Eixo Prioritário V – Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	66.324.676	66.324.676	132.649.352	50,00%
Eixo Prioritário VI – Assistência Técnica	6.500.000	1.147.059	7.647.059	85,00%
TOTAL	320.549.004	129.403.599	449.952.603	71,24%

Base de cálculo para contribuição comunitária: despesa pública

Por fim, assinala-se igualmente neste ponto, a legislação produzida no ano de 2007, quer nacional, quer regional, determinante para a operacionalização do Programa Intervir+, sendo o primeiro referencial normativo a destacar aqui, o QREN aprovado pela Decisão C (2007) 3165, da Comissão Europeia, de 28 de Junho de 2007, validado pelo Governo português através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho, e assinado com a Comissão Europeia em 2 de Julho de 2007, pois definiu as orientações fundamentais para a utilização nacional dos fundos comunitários com carácter estrutural no período de 2007 -2013 e para a estruturação dos PO temáticos e regionais.

A implantação das estruturas de governação do QREN e respectivos PO em tempo útil determinou a necessidade de aprovação da legislação nacional sobre esta matéria antes do fim das negociações com a Comissão Europeia relativas aos PO (Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril).

A Comissão Ministerial de Coordenação do Quadro de Referência Estratégico Nacional aprovou a 4 de Outubro de 2007 o Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão por forma a regular a sua aplicação em plena coerência com as disposições legais nacionais e comunitárias aplicáveis, que sobre este prevalece, tendo sido este formulado numa perspectiva de salvaguarda do princípio da responsabilidade financeira do Estado-Membro pela boa utilização dos fundos.

O Regulamento Geral Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão será, em regra, posteriormente complementado com os regulamentos específicos a adoptar por Programa Operacional ou por tipologias de investimentos, a aprovar pelas Comissões Ministeriais de Coordenação dos Programas Operacionais respectivos, ou segundo as modalidades a definir pelos respectivos Governos Regionais no caso dos Programas Operacionais das Regiões Autónomas.

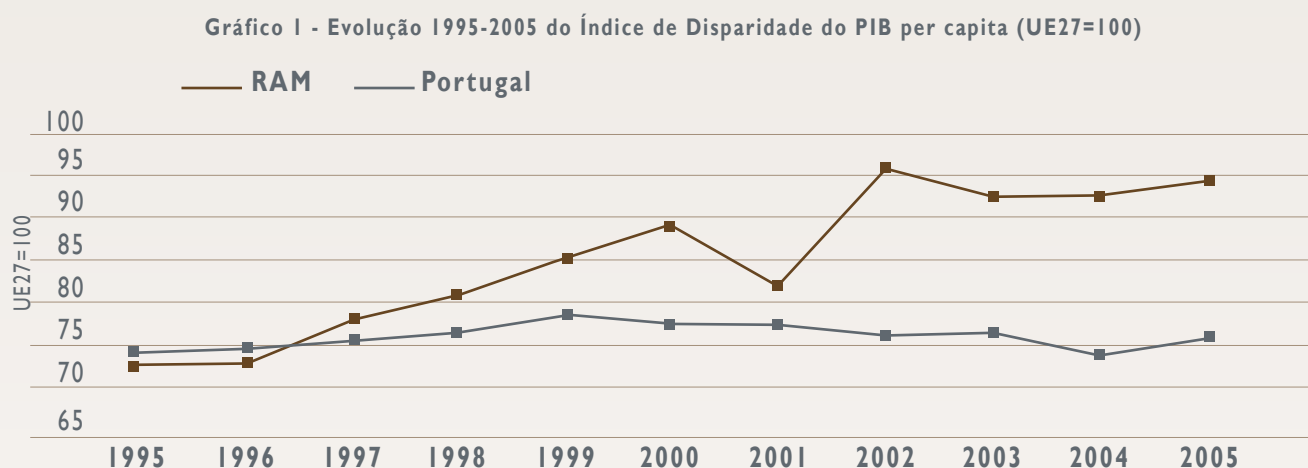
Para além da Legislação Comunitária e Nacional existente, tornou-se necessário criar os mecanismos legais Regionais que permitissem à AG ter bases para operacionalizar o Programa. Neste sentido, foi criada a seguinte Legislação:

- Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/M de 12 de Novembro, cria o Instituto de Desenvolvimento Regional, que resulta da extinção do Instituto de Gestão de Fundos Comunitários (IFC). Por virtude deste diploma o IDR sucede ao IFC, enquanto Autoridade de Gestão dos PO Intervir + e Rumos (a designação do IFC enquanto Autoridade de Gestão dos dois programas foi feita nas decisões de aprovação de cada um dos programas. O IDR é criado com a intenção de dotar a Região Autónoma da Madeira de uma estrutura de natureza institucional que garanta com carácter de permanência uma articulação entre o planeamento regional e a política de coesão, a qual, mediante recursos humanos próprios e em virtude da experiência acumulada nestas áreas, esteja vocacionada para gestão dos fundos comunitários na Região Autónoma da Madeira.
- Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007/M define para a Região Autónoma da Madeira, o modelo de governação dos dois programas operacionais da RAM previstos no âmbito do QREN, designadamente no que respeita ao aconselhamento estratégico, à gestão, acompanhamento, monitorização e avaliação e procede à adaptação do Decreto -Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, à realidade regional;
- Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 7 de Dezembro, aprova o enquadramento legal de referência de um conjunto de instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e funcionamento das empresas, em coerência com as estratégias das políticas públicas de dinamização da envolvente empresarial para o período de 2007 -2013, com vista ao desenvolvimento estratégico de diversos sectores de actividade económica da Região Autónoma da Madeira, através do apoio directo e indirecto às empresas, para o período 2007 – 2013.

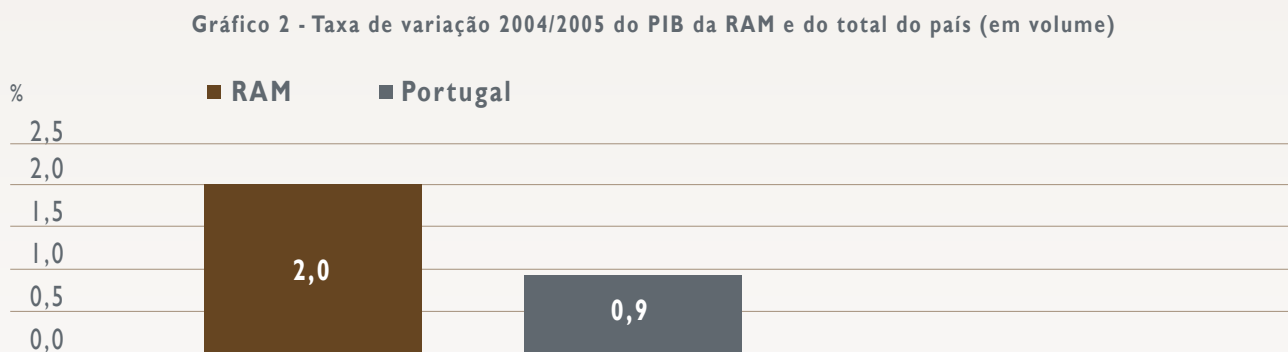
1.3. Evolução da conjuntura económica regional

A presente secção pretende, através da actualização e análise descritiva dos principais indicadores socioeconómicos da Região Autónoma da Madeira, fornecer as bases para a compreensão do panorama socioeconómico regional que está subjacente à implementação do Programa, assim como da sua evolução recente.

A apreciação do desempenho económico regional reflecte, no horizonte 1995-2005, a concretização dos esforços no sentido da convergência com a média comunitária e marca um percurso de assinalável crescimento económico, conforme demonstra a evolução do **Índice de Disparidade do Produto Interno Bruto (PIB) per capita** face à média da União a 27 Estados-Membros. A progressiva aproximação da Região aos padrões médios da União entre 1995 e 2005, materializada por uma convergência de 22 pontos percentuais ao longo do período que posicionou a Região a 95% da média comunitária em 2005, contrasta com o fraco desempenho económico de Portugal ao longo da década em questão, que resultou num reforço residual da coesão com a média comunitária, passando de um PIB per capita equivalente a 75% da média da UE27 em 1995, para os 76% em 2005.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

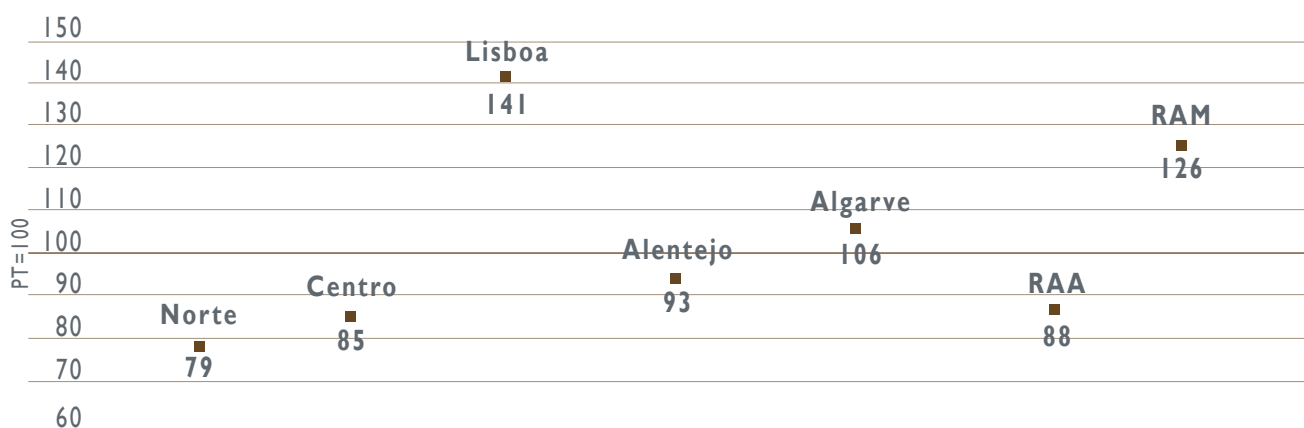


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

De acordo com a última informação disponível, o PIB regional cresceu 2% em volume no ano de 2005, significativamente acima da variação anual registada para o total nacional, que não ultrapassou os 0,9%.

A observação do **Índice de Disparidade do PIB per capita** com referência à média nacional permite constatar que a Região apresentava, já em 1997, um PIB per capita equivalente ao nacional, registando, a partir desse ano, trajetórias de crescimento do Produto que resultaram no aprofundamento das divergências entre as realidades regional e nacional e consequente consolidação da situação favorável em que a RAM se encontra no contexto nacional, conforme evidencia a ilustração abaixo. De acordo com a informação relativa a 2005, Lisboa e Madeira são as regiões com o PIB per capita mais elevado, atingindo valores significativamente acima da média nacional (41% e 26%, respectivamente), num contexto de assimetrias consideráveis entre as regiões portuguesas.

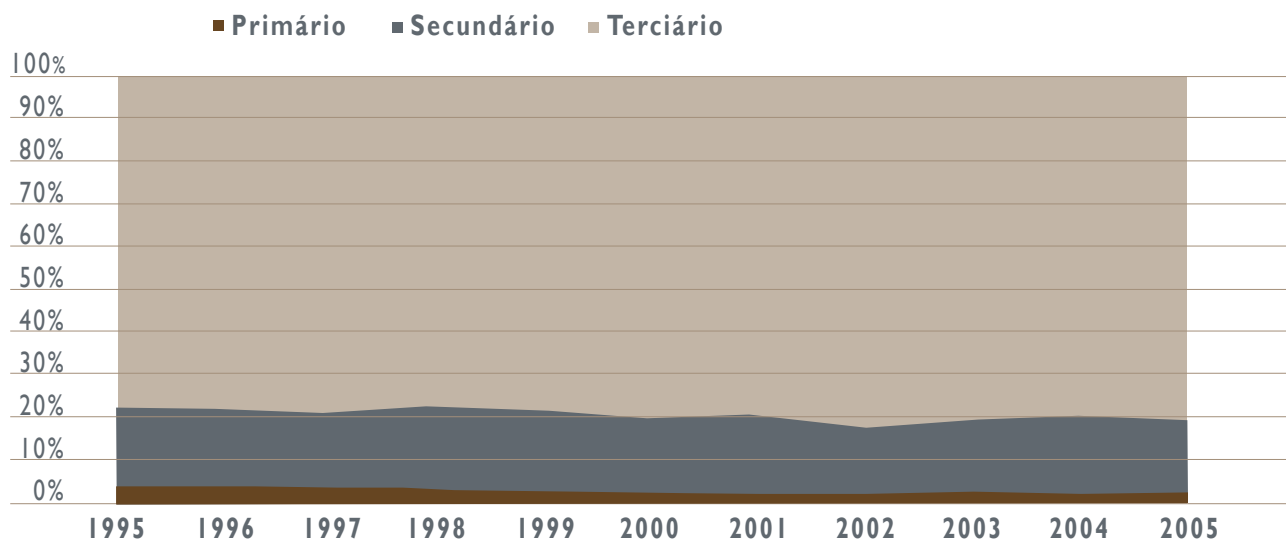
Gráfico 3 - Índice de disparidade do PIB per capita em 2005 (PT=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

A estrutura económica da Região assenta fundamentalmente no sector terciário, com o **Valor Acrescentado Bruto (VAB)** gerado pelo sector a representar 80,5% da riqueza produzida em 2005, seguindo-se o sector secundário (17,3%) e o sector primário (2,2%). A perspectiva cronológica fornecida pelo gráfico abaixo permite atestar a estabilidade da estrutura económica regional, claramente suportada pelo sector dos serviços e onde o sector secundário assume uma posição de algum relevo. O sector primário, por seu turno, tem um peso residual na formação de riqueza na Região.

Gráfico 4 - Estrutura do Valor Acrescentado Bruto na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

A distribuição do VAB por ramos de actividade que o quadro seguinte apresenta, fornece uma percepção mais fina da estrutura produtiva regional. Conforme informação de 2005, os ramos que circunscrevem as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e as actividades ligadas ao comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico são os mais representativos na estrutura do VAB regional, tendo sido responsáveis por 18,9% e 15,2% da riqueza produzida na Região, respectivamente. As actividades onde a prestação de serviços públicos assume particular relevância, designadamente as relativas à administração pública, defesa e segurança (11,9%), educação (5%) e saúde e acção social (7%), reflectem a importância do sector público na economia regional. As actividades de alojamento e restauração representam 7,7% do VAB de 2005, sendo ainda de assinalar a apreciável dimensão das actividades ligadas à construção na estrutura económica regional, materializada pelo peso de 9,5% que representam do VAB realizado.

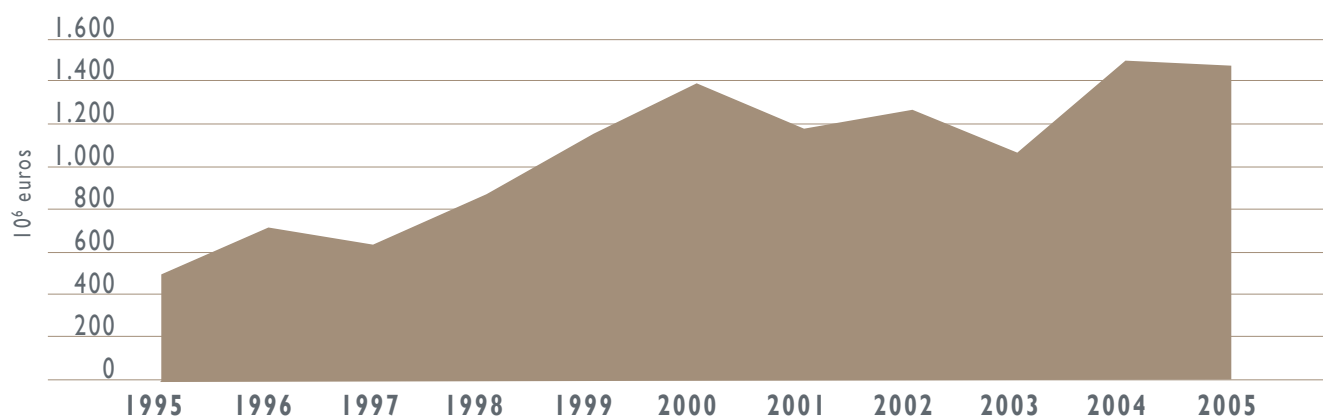
Quadro 4 - Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade em 2005

Ramo		10 ⁶ euros	%
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	62,3	1,7
B	Pesca	21,7	0,6
C	Indústrias extractivas	14,4	0,4
D	Indústrias transformadoras	147,1	3,9
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	127,9	3,4
F	Construção	357,0	9,5
G	Comércio por grosso e a retalho, rep. veículos autom., motoc. e bens de uso pes. e doméstico	567,6	15,2
H	Alojamento e restauração	289,3	7,7
I	Transportes, armazenagem e comunicações	292,5	7,8
J	Actividades financeiras	154,6	4,1
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	706,4	18,9
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	444,5	11,9
M	Educação	186,5	5,0
N	Saúde e acção social	260,1	7,0
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	85,2	2,3
P	Famílias com empregados domésticos	25,4	0,7
TOTAL		3.742,8	100

Neste enquadramento, é possível afirmar com alguma margem de segurança que a estrutura produtiva regional é alavancada essencialmente pelas actividades directa ou indirectamente ligadas ao turismo, pelo sector público e pela construção, esta última fortemente dinamizada pelo investimento público em infra-estruturas e equipamentos colectivos.

A informação relativa ao investimento realizado, aduzida do indicador **Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)**, reflecte o dinamismo económico evidenciado pela Região Autónoma da Madeira nos últimos anos, com o indicador a registar um crescimento médio anual de 10,5% entre 1995 e 2005.

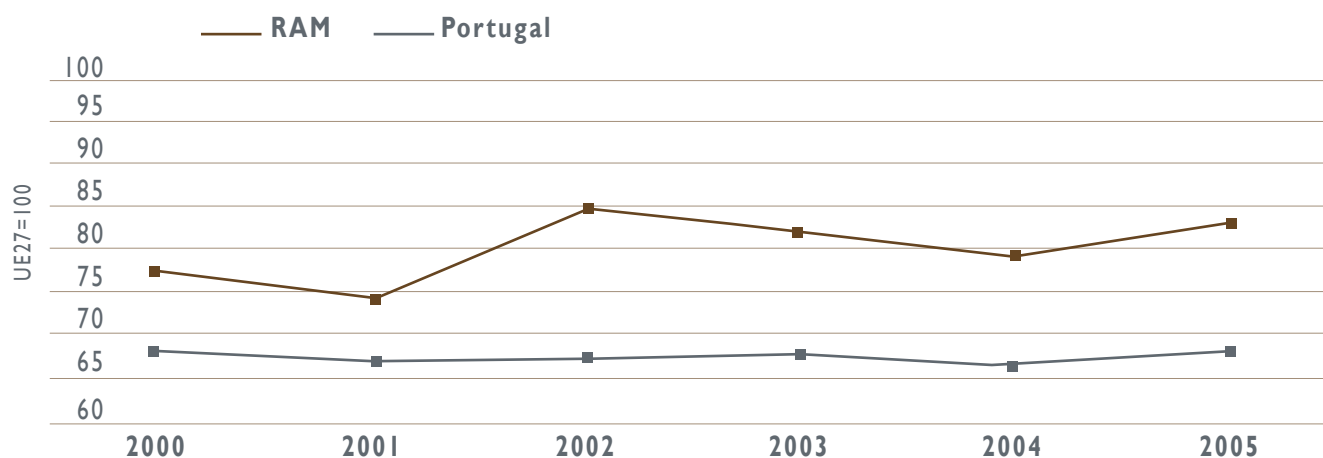
Gráfico 5 - Evolução da FBCF na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

A **Produtividade**, expressa pelo rácio VAB/Pessoa empregada, indicia alguns progressos no sentido da convergência dos parâmetros regionais com os valores médios da UE27 ao longo do período 2000-2005. Já no contexto nacional, também neste indicador, a posição da Região é manifestamente favorável.

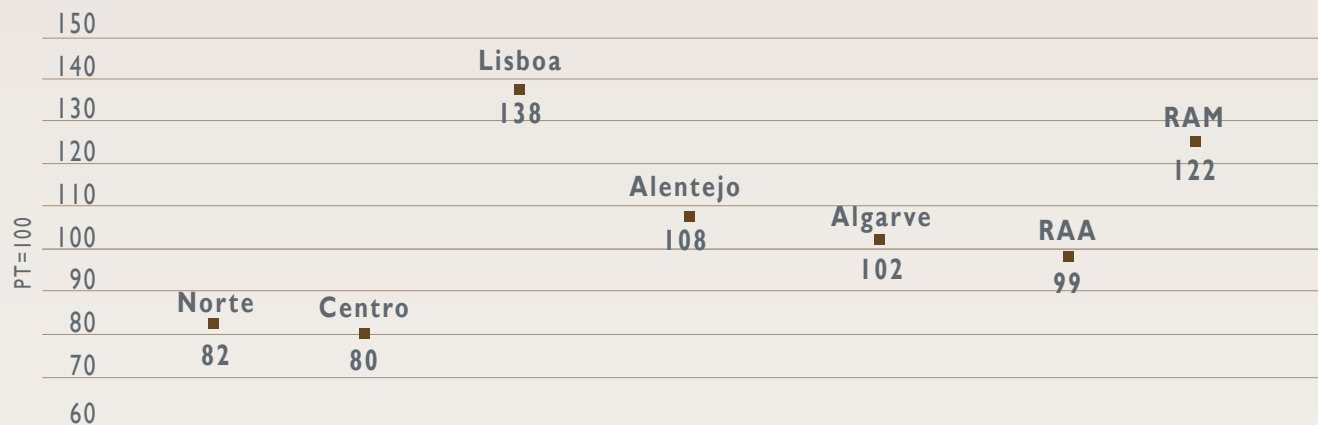
Gráfico 6 - Evolução 2000-2005 do Índice de Disparidade da Produtividade (UE27=100)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

Da comparação entre as diversas regiões portuguesas, salienta-se Lisboa e RAM como as duas regiões portuguesas de maior produtividade, atingindo valores significativamente acima da média nacional. Apesar de subsistirem divergências regionais de alguma monta, estas não atingem as proporções evidenciadas no indicador que compara o PIB *per capita*..

Gráfico 7 - Índice de Disparidade da Produtividade em 2005 (PT=100)

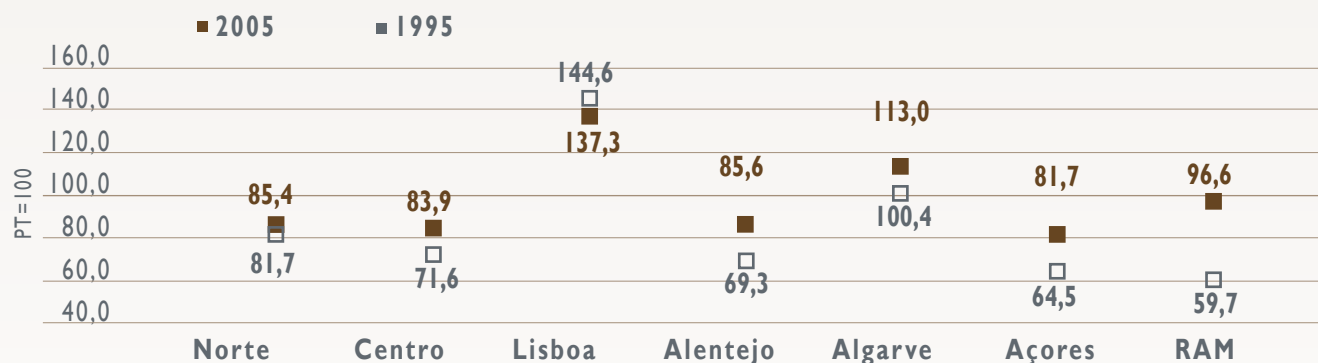


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Contas Regionais

O Indicador per Capita (IpC) do **Poder de Compra** resulta da composição de diversas variáveis que formatam um Índice que possibilita a realização de comparações à escala regional e concelhia em matéria de poder de compra e permite posicionar as unidades territoriais no contexto da média nacional, a qual constitui o referencial utilizado.

De acordo com o último estudo realizado, Lisboa era a região que apresentava o poder de compra mais elevado em 2005, que ultrapassava a média do país em 37,3%. A Região Autónoma dos Açores era, por seu turno, a região que registava o valor mais baixo (81,7), muito aquém da média nacional. Com a excepção de Lisboa (137,3) e do Algarve (113), todas as regiões registaram valores do índice de poder de compra abaixo da média do país, salientando-se o facto da Madeira (96,6) ser a região portuguesa que mais se aproxima da média de referência. De relevar ainda que o processo de convergência em matéria de poder de compra foi, entre 1995 e 2005, extensivo a todas as regiões do país. Contudo a RAM foi a que mais avanços registou neste domínio, tendo efectivado, no período em questão, uma aproximação de 36,8 pontos no valor do IpC, passando dos 59,7 em 1995 (o valor mais baixo do país) para os 96,6 (o terceiro valor mais elevado).

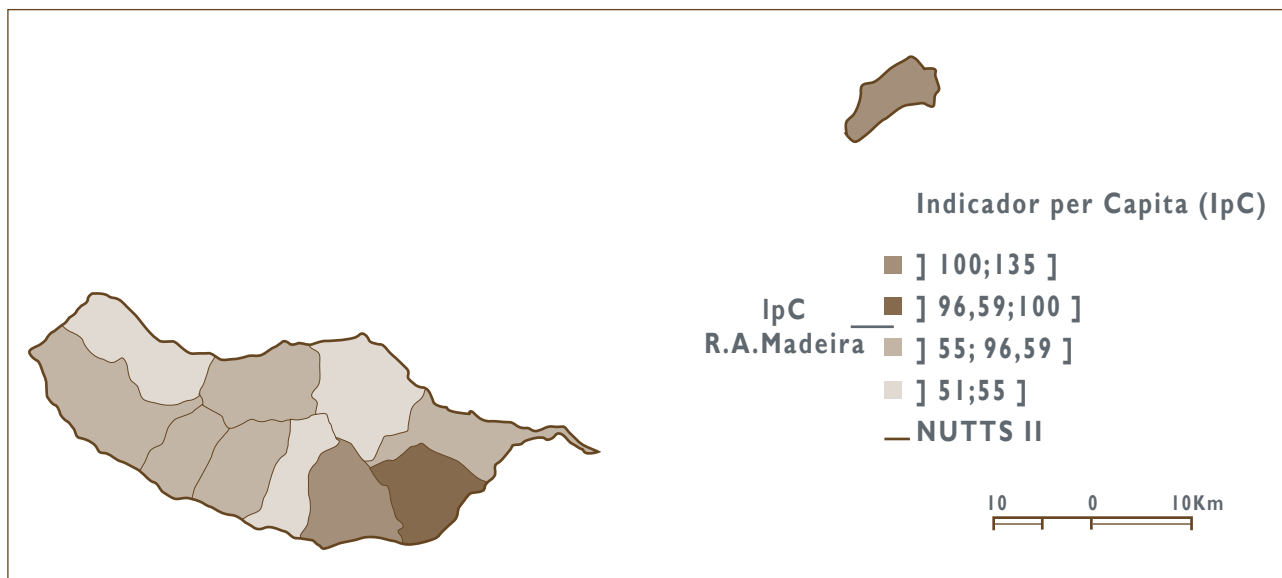
Gráfico 8 - Poder de Compra das NUT II em 1995 e 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estudos do Poder de Compra Concelhio

Ao nível interno, o indicador denuncia a existência de algumas assimetrias na Região Autónoma da Madeira à escala concelhia, ilustradas pelo Gráfico 9.

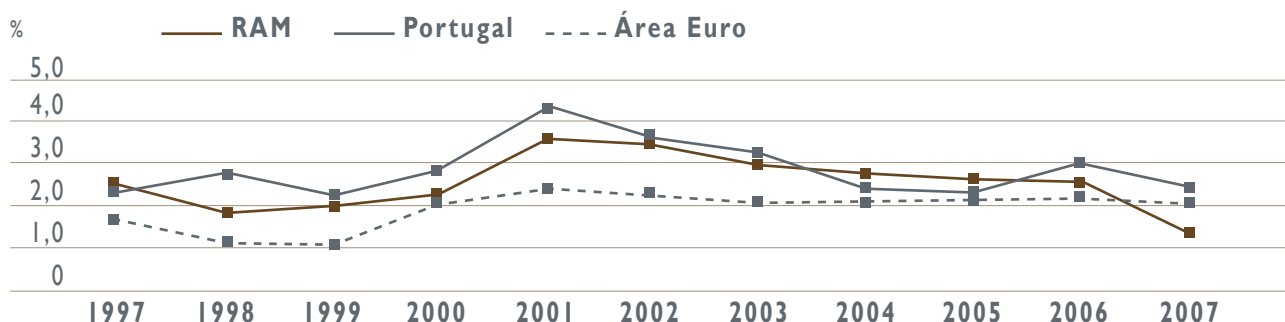
Gráfico 9 - Indicador per capita do Poder de Compra Concelhio



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estudos do Poder de Compra Concelhio 2005

A **Taxa de Inflação** anual, medida pela taxa de variação média anual do índice de preços no consumidor, situou-se nos 1,4% na Região em 2007, um valor perfeitamente enquadrado no objectivo de estabilidade de preços preconizada pelo Banco Central Europeu, que estabelece os 2% como valor máximo para a taxa de inflação na Zona Euro.

Gráfico 10 - Evolução da taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor

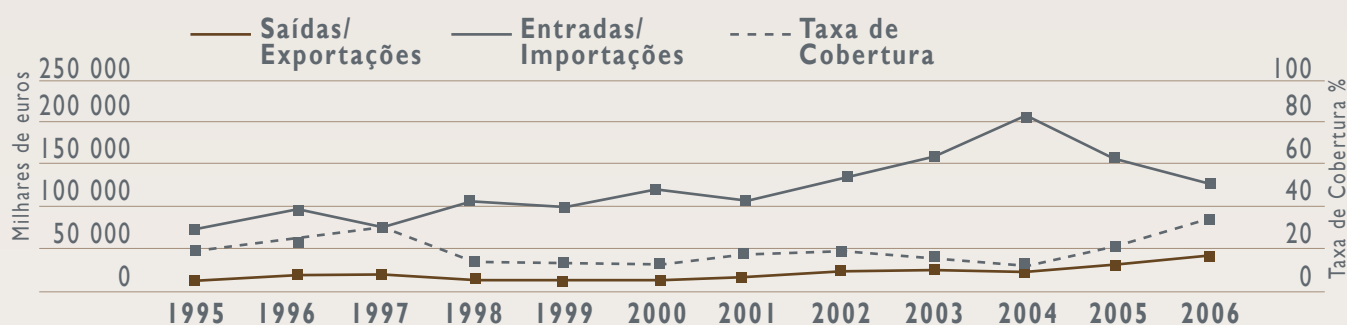


Fonte: Eurostat; Instituto Nacional de Estatística; Direcção Regional de Estatística da Madeira

A informação referente ao Comércio Internacional da Região Autónoma da Madeira revela um peso significativo das entradas/importações nos fluxos de mercadorias, deixando a nu a forte dependência da Região face ao exterior - motivada em particular pela exiguidade do mercado regional e pelos condicionalismos próprios das Regiões Ultraperiféricas - e em particular do mercado comunitário, que, de acordo com os dados provisórios de 2006, era a origem de 63,3% do total das mercadorias entradas na Região.

As saídas/exportações de mercadorias da Região têm registado um trajecto de crescimento continuado desde 1995, cristalizando uma dinâmica de internacionalização do mercado regional, em especial no mercado extracomunitário – que representou, em 2006, 63,1% das saídas/exportações realizadas. Contudo, a taxa de cobertura das importações pelas exportações não ultrapassou os 34,4%, muito aquém do registado ao nível nacional (65%).

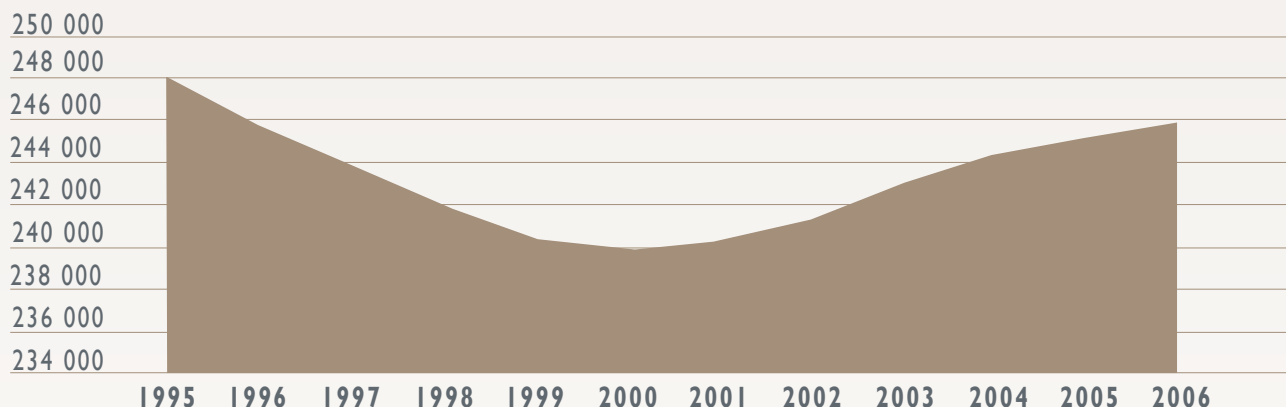
Gráfico 11 - Evolução do Comércio Internacional da RAM



Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

De acordo com as estimativas intercensitárias do Instituto Nacional de Estatística, a Região contava, em 31/XII/2006, com uma **População** composta por 245.806 indivíduos, menos 2.186 do que em 1995. Em termos evolutivos, o espaço temporal considerado revela duas dinâmicas demográficas distintas. Entre 1995 e 2000, assiste-se a um decréscimo da população, motivado fundamentalmente pelo elevado número de saídas da Região sem que tivessem sido devidamente compensadas pelo número de entradas. Os saldos migratórios resultaram, por conseguinte, negativos e influenciaram, quase proporcionalmente, a dinâmica demográfica ao longo do período. O abrandamento dos óbitos e a reversão da tendência negativa do saldo migratório justificam a recuperação registada entre 2001 e 2006.

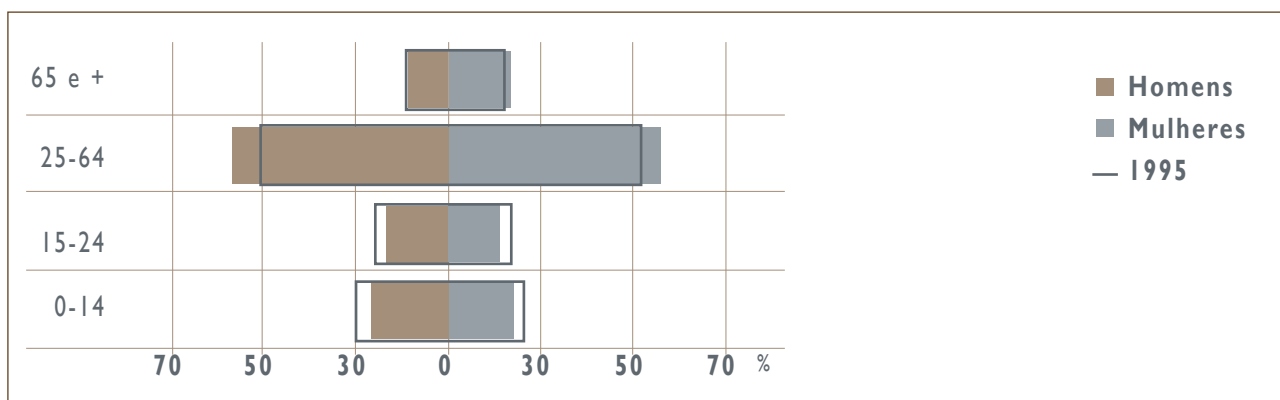
Gráfico 12 - Evolução demográfica na RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estimativas Intercensitárias da População

Entre 1995 e 2006, os indivíduos pertencentes aos escalões etários dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, têm vindo a perder peso relativo na população da Região (decrecendo 3,4 e 3,0 pontos percentuais, respectivamente). Por outro lado, os escalões etários seguintes registaram aumentos no peso relativo, com maior relevo para os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos, que passaram a representar 54,4% da população em 2006, tendo crescido, face a 1995, 5,8 pontos percentuais. A população idosa tem vindo também a crescer em termos relativos, embora mais moderadamente do que na faixa etária imediatamente abaixo, representando cerca de 13,1% do total da população em 2006, mais 0,6 pontos percentuais do que em 1995. O gráfico seguinte compara as estruturas etárias de 1995 e 2006.

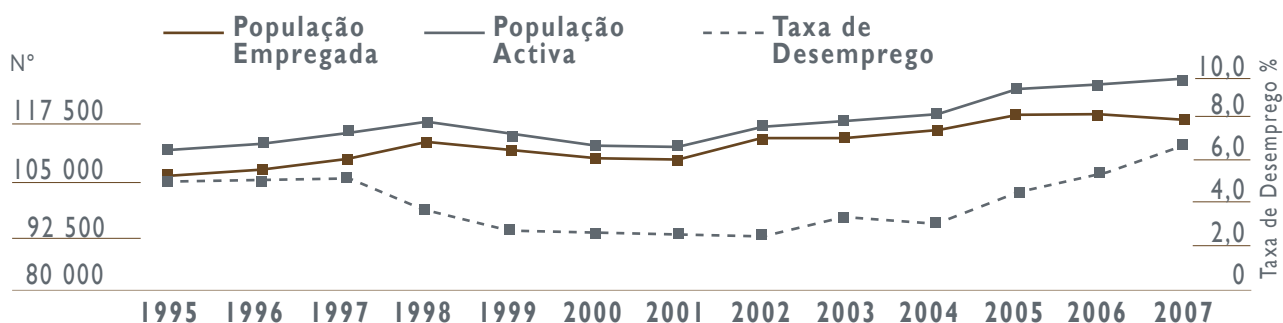
Gráfico 13 - Estrutura da população segundo grandes grupos etários 1995-2006



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Estimativas Intercensitárias da População

Os dados relativos ao **Emprego** revelam que, em 2007, a população empregada ascendia a 116.463 indivíduos, menos 0,7% do que no ano anterior. O principal indicador da dinâmica do mercado de trabalho, a taxa de desemprego, tem vindo a crescer nos últimos anos, fixando-se nos 6,8% em 2007, em virtude do forte crescimento da população em idade activa (entre 2004 e 2007 aumentou 6,8%), excedendo a capacidade de absorção do mercado regional (o emprego cresceu, em igual período, 2,6%).

Gráfico 14 - Evolução do emprego e desemprego na RAM

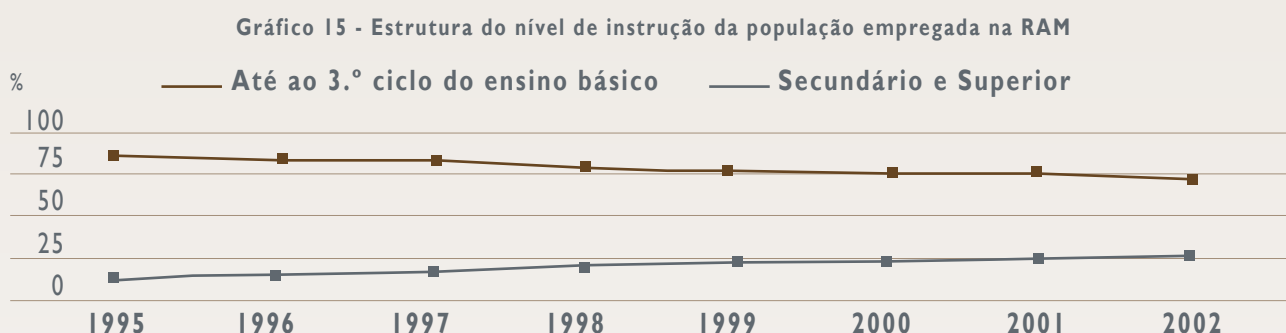


Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira

Ainda assim, o nível de desemprego registado na Região em 2007, apesar do mais elevado dos últimos treze anos, apresenta-se relativamente baixo nos contextos nacional e comunitário, onde as respectivas taxas de desemprego atingiram os 8% e os 7,1%.

A informação relativa aos **Níveis Habilitacionais** dos recursos humanos com actividade na Região dá conta do ainda baixo nível educacional da população empregada. Com efeito, em 2007, uma parte importante da força de trabalho da Região (73,2%) não possuía mais do que o equivalente ao 3.º ciclo do ensino básico, 14,3% haviam concluído o ensino secundário e apenas 12,4% possuía habilitações de nível superior.

A comparação do cenário actual com o panorama de 2000 permite constatar efectivamente alguns avanços em matéria de instrução, uma vez que a franja da população com níveis de ensino equivalentes ou inferiores ao 3.º ciclo de ensino básico ascendia aos 85,7%. Conforme revela o gráfico abaixo, a tendência descrita sinaliza um progressivo aumento das qualificações dos recursos humanos da Região, em coerência com os esforços desenvolvidos no capítulo do desenvolvimento do potencial humano e do reforço das competências.



Fonte: Direcção Regional de Estatística da Madeira – Inquérito ao Emprego

1.4. Modificações do contexto socioeconómico

No ano de 2007 não se verificaram modificações do contexto socioeconómico que afectassem a execução do Programa, fossem essas modificações relativas a políticas nacionais, sectoriais ou regionais, incluindo as do quadro de referência para os recursos humanos.

2. Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo

O presente capítulo aborda as principais actividades determinantes para o arranque do Programa Intervir+, desenvolvidas pela estrutura de gestão ao longo do primeiro ano de implementação, nomeadamente a definição de procedimentos internos; constituição e realização da primeira Comissão de Acompanhamento, constituição da Unidade de Gestão, aprovação dos respectivos Regulamentos Internos, critérios de selecção e por último as reuniões entre os órgãos de governação e igualmente das matérias associadas ao órgão de orientação política e estratégica. Por fim, aborda ainda o estado de desenvolvimento do Plano de Avaliação.

2.1. Gestão e acompanhamento

A gestão do Programa Intervir+ é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional o qual assumiu a Autoridade de Gestão nos termos da alínea a) do n.º I do artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

O IDR, como já referido atrás, é um serviço dotado de personalidade jurídica, tutelado pela Secretaria Regional do Plano e Finanças, possui autonomia administrativa, financeira e património próprio e assume a gestão e a Coordenação global do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM. Para tal, é apoiado por uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT), que se encontra afecta às Direcções de Serviços de Gestão de Intervenções Regionais, de Coordenação e Avaliação, de Controlo e do Gabinete de Informação e Controlo de Fluxos Financeiros.

Para as unidades que constituem a Estrutura de Apoio Técnico do Programa, o segundo semestre de 2007, foi particularmente exigente em termos de definição e preparação de procedimentos internos, bem como da regulamentação específica de aplicação e dos demais instrumentos necessários ao arranque, sendo que os trabalhos associados, no respeito pelas especificidades da Região, procuraram sempre articular-se com os instrumentos semelhantes em preparação no âmbito do QREN e respectivos PO do Continente.

Em resultado de todo este processo, a Autoridade de Gestão do Programa aprovou no dia 17 de Dezembro de 2007 o projecto de Regulamento Específico do Programa Intervir+, o qual prevalece sobre quaisquer orientações técnicas gerais e específicas que venham a ser definidas no âmbito do PO.

Será de sublinhar que as opções estratégicas assumidas por Portugal, e comungadas pela RAM, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional e, em particular, a estrutura organizativa adoptada para os seus Programas Operacionais, associadas ao modelo de governação aprovado, recomendam a adopção de um esforço acrescido dos normativos aplicáveis aos fundos estruturais e de coesão para o período 2007-2013.

Foi com certeza nesta perspectiva, que a Comissão Ministerial de Coordenação do Quadro de Referência Estratégico Nacional aprovou o Regulamento Geral que regula a aplicação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão (FC), em plena coerência com as disposições legais nacionais e comunitárias aplicáveis.

O Regulamento Geral Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e Fundo de Coesão foi assim complementado com o regulamento específico adoptado para o Programa Intervir+, o qual deverá respeitar o Regulamento Geral atrás mencionado.

Em suma, tendo em conta o disposto na alínea a) do n.º 7 do artigo 3º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2007, de 27 de Novembro, o Regulamento Específico atrás mencionado concretiza o Regulamento Geral Feder e Fundo de Coesão dada a necessidade de adaptar as normas gerais relativas ao FEDER, no que concerne às candidaturas a apresentar no âmbito deste Programa.

Em Dezembro de 2007 foram concluídos o Regulamento Específico FEDER e o formulário de candidatura com as respectivas instruções de preenchimento. A sua disponibilização no site do IDR foi feita no dia 18 de

Dezembro de 2007. Os restantes formulários ficaram em fase de conclusão tendo sido iniciada a elaboração do Manual de Procedimentos do FEDER.

Encontravam-se assim reunidas as condições para o arranque efectivo do Programa Intervir+, optando-se por fazer coincidir a data de apresentação do Programa com a data de operacionalização da apresentação de candidaturas, nos termos dos regulamentos específicos que se encontram disponíveis no sítio do Programa Intervir+: www.idr.gov-madeira.pt/intervir+/.

O período de abertura de candidaturas definido abrange o período de 18 de Dezembro de 2007 até ao dia 31 de Dezembro de 2013 (Anexo I).

Unidade de Gestão

Sob proposta da Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ iniciaram-se, no último trimestre de 2007, os procedimentos necessários para a constituição da Unidade de Gestão e a elaboração do seu Regulamento interno, prevendo-se a sua conclusão no primeiro trimestre de 2008.

No exercício das suas competências, a Autoridade de Gestão é assistida por uma Unidade de Gestão que, exerce funções consultivas através da emissão de pareceres não vinculativos.

A composição da UG bem como as suas competências foram definidas em regulamento interno, cabendo-lhe nomeadamente emitir parecer sobre os projectos seleccionados em conformidade com os objectivos, critérios de selecção e procedimentos estabelecidos, zelar pelo cumprimento dos normativos regionais, nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de mercados públicos, concorrência, ambiente e igualdade de oportunidades, propor a suspensão ou anulação de contribuições atribuídas, em caso de incumprimento e dar parecer sobre os projectos de relatório de execução do Programa elaboradas pela Autoridade de Gestão.

Comissão de Acompanhamento

O Acompanhamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial é exercido pela Comissão de Acompanhamento que, tendo em conta o disposto no n.º I do Artigo 63.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, exerce igualmente o acompanhamento do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira.

A Comissão de Acompanhamento foi criada nos três meses seguintes à data de notificação da Decisão que aprovou o Programa.

A 1ª Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais da Região Autónoma da Madeira, realizou-se no dia 26 de Novembro de 2007, na cidade do Funchal. Os trabalhos consistiram, sobretudo, na aprovação do seu Regulamento Interno e na aprovação dos critérios de selecção das operações a financiar pelos Programas.

O Regulamento Interno da CA do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social e do Programa Operacional do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM, foi aprovado a 26 de Novembro de 2007 na sua 1ª reunião. Destina-se a estabelecer as condições de funcionamento e de desempenho das atribuições da Comissão de Acompanhamento, no âmbito do sistema institucional, jurídico e financeiro definido para o QREN, e cujas competências se encontram definidas no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro de 26 de Novembro de 2007.

No âmbito do Programa Intervir+, os critérios de selecção, aprovados nessa 1ª Comissão de Acompanhamento, de 26 de Novembro de 2007, representaram a quase totalidade dos critérios a aprovar naquela data, ficando em falta os critérios de selecção do Sistema de Incentivo ao Funcionamento da tipologia “Incentivos às

Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade”, bem como os critérios de selecção para a Assistência técnica que serão submetidos a consulta escrita para aprovação e na Comissão de Acompanhamento a realizar em 2008, nos termos da alínea a) do artigo 65º do Regulamento (CE) 1083/2006.

Organismo Intermédio

À semelhança da opção no quadro de programação anterior de associar à Gestão organismos com competências específicas, a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ decidiu associar à Gestão do Programa um organismo intermédio com experiência directa na gestão de sistemas de incentivos conforme os termos do n.º I do artigo 42º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho de 2006.

Assim, nos termos do referido n.º I do artigo 42º do Regulamento (CE) 1083/2006 e do n.º I do artigo 61º do DL 312/2007, de 17 de Setembro, a Autoridade de Gestão do Programa decidiu delegar a gestão e a execução de uma parte do programa no organismo Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM), mediante acordo escrito a celebrar em 2008, por ser o organismo que fornece garantias de competência no domínio em causa, bem como em matéria de gestão administrativa e financeira e ainda garantias de solvabilidade.

O IDE-RAM é assim o Organismo que na RAM reúne as condições adequadas para a prática deste exercício, por ser uma entidade pública administrativa criada com o fim específico de promover o desenvolvimento empresarial e o apoio, directo ou indirecto, ao fortalecimento e modernização das estruturas empresariais da Região Autónoma da Madeira, nos sectores secundário e terciário, em especial no que se refere às pequenas e médias empresas, por outro lado, tem uma vasta experiência em anteriores períodos de programação na gestão de sistemas de incentivos neste âmbito.

Em concreto, o contrato de delegação de competências a celebrar prevê a delegação de poderes no Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região Autónoma da Madeira (IDE-RAM), para a prática de actos no âmbito da tipologia de investimentos – incentivos às empresas, designadamente PME prevista no Eixo Prioritário I – Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento e no Eixo Prioritário II – Competitividade da Base Económica Regional e no âmbito da tipologia de investimentos – Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade enquadrados no Eixo Prioritário V – Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade.

Neste sentido, o IDR pelo facto de não deter experiência directa na gestão de sistemas de incentivos, passa a assegurar com esta delegação, ganhos na gestão das operações a financiar que não seriam obtidos caso a Autoridade de Gestão mantivesse para si os poderes delegados.

Este Organismo, com o qual a Autoridade de Gestão celebrará um contrato de delegação de competências, intensificou, em 2007, os trabalhos para elaboração dos novos Sistemas de Incentivos, que envolveram Reuniões de trabalho com o IDR, como a coordenação do QREN, como a Autoridade de Gestão do POFC e ainda com a Comissão Europeia, nomeadamente com a DG-REGIO.

No âmbito das funções a delegar, através da celebração de um contrato de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão e o Organismo Intermédio, Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE-RAM), a sua actuação, ao nível dos sistemas de incentivos estará concentrada no Eixo I, II e V.

Esta nova geração de Sistemas de Incentivos, apoiou-se no Estudo de Impacto sobre os Sistemas de Incentivos, encomendado pelo IDE-RAM, o qual nos trabalhos preliminares, já apontava para sistemas de incentivos que preconizavam incentivos acompanhados de uma abordagem integrada à empresa e ainda incentivos orientados para a fileira turística, nos quais há que introduzir componentes que estimulem a produção de factores dinâmicos da competitividade, simultaneamente compatíveis com objectivos de excelência e de eficiência.

Neste sentido, em 2007, o IDE-RAM iniciou a preparação das propostas de sistemas e respectiva regulamentação:

- Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da Região Autónoma da Madeira;
- Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial da Região Autónoma da Madeira.
- Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da Região Autónoma da Madeira.

Iniciou ainda a elaboração do Sistema de Incentivos ao Funcionamento (Sobrecustos). No entanto, face às dificuldades encontradas junto das entidades nacionais e comunitárias sobre esta matéria prevê-se que este sistema fique operacional somente no final de 2008.

Comissão Governamental de Orientação

A Comissão Governamental Regional de Orientação do Programa Intervir+, funciona no âmbito do Conselho de Governo da RAM e é o órgão de direcção política e estratégica de governação do Programa, competindo-lhe:

- Examinar regularmente a sua execução;
- Apreciar os relatórios de execução e de avaliação estratégica e operacional;
- Aprovar os contratos de delegação de competências de gestão e execução de componentes do Programa;
- Examinar as propostas de revisão e reprogramação do Programa;
- Dar orientações relativas à participação económica e social e institucional no acompanhamento dos programas operacionais;

A articulação entre a AG e a Comissão Governamental de Orientação é assegurada pelo Secretário Regional do Plano e Finanças, de acordo com o estipulado no Decreto Legislativo Regional nº 20/2007/M, de 27 de Novembro. Acresce referir que no ano de 2007 o Conselho de Governo não emitiu qualquer deliberação sobre o Programa Intervir+.

Uma vez que a Comissão Governamental de Orientação funciona no âmbito do Conselho de Governo, as reuniões desta Comissão correspondem a Reuniões do Conselho de Governo.

Dado que só a 28 de Novembro de 2007 entrou em vigor o Decreto Legislativo Regional 20/2007/M de 27 de Novembro (que define a Governação do Programa Intervir+), a Comissão Governamental de Orientação não reuniu nenhuma vez em 2007.

2.2. Avaliação

O processo de concepção do **Plano de Avaliação do Programa Intervir+** foi um exercício que se concentrou no último trimestre do ano em reporte, tendo o IDR adjudicado a concepção do Plano a Oliveira das Neves – Consultoria, Estudos e Projectos, Lda. No final do ano a Autoridade de Gestão aceitou a proposta de Plano de Avaliação.

A concepção do Plano constituiu um exercício de programação que visava a identificação e caracterização preliminar das avaliações temáticas a realizar, bem como dos mecanismos de coordenação e de articulação entre os diversos níveis da “função avaliação” e entre os exercícios de avaliação e o sistema de monitorização estratégica, financeira e operacional do Programa.

O desenvolvimento do Plano de Avaliação, no último trimestre do ano de 2007, foi de modo a permitir a apresentação de uma primeira versão do mesmo, a instâncias nacionais, até ao final de Novembro, na medida da sua necessária articulação com a preparação do Plano de Avaliação Global do QREN e dos PO e de modo a ser concretizado de acordo com o plano global de avaliação referido na alínea f) do nº I do Artigo 8º do acima mencionado Decreto-Lei nº 312/2007.

Neste sentido, o calendário da concepção do Plano pretendia corresponder, com ligeiras adaptações, ao calendário previsto para a elaboração da proposta de Plano de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais, cuja primeira proposta deveria ter sido apresentada à Comissão Ministerial do QREN até final de 2007.

Como o processo atinente ao desenvolvimento do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO foi adiado para o ano de 2008, a necessária articulação desta proposta de Plano com o mesmo ainda não sucedeu.

Contudo, e sendo que a própria abordagem da avaliação do QREN e dos PO “à medida das necessidades”, aconselha ao estabelecimento de uma relação muito estreita entre processo de Monitorização e processo de Avaliação, que favoreça um diálogo construtivo entre os diversos intervenientes na implementação dos PO, este exercício deve ser visto como algo dinâmico, a que o Plano de Avaliação do Programa Intervir+ terá necessariamente que se ajustar.

Importa talvez aqui fixar alguns pressupostos a que deverá obedecer a programação das actividades de Avaliação e que a proposta de Plano aceite já incorpora:

- O Plano Global de Avaliação do Programa Intervir+, deve seguir as orientações constantes dos Documentos da Comissão Europeia referentes a esta importante vertente da gestão e desenvolvimento dos Programas de modo, não tanto a prestar contas (matéria das actividades de gestão e controlo estabelecidos) mas, sobretudo, numa perspectiva de valorizar os resultados alcançados e corrigir, em tempo útil, eventuais desvios face aos objectivos e metas e (re)orientar as modalidades de intervenção se tal se justificar.
- O Plano Global de Avaliação do Programa Intervir+, deve acompanhar as actividades do ciclo de avaliação do QREN, dos Programas Operacionais Temáticos e dos Programas Operacionais Regionais assegurando condições de reflexão e partilha de informação, no contexto mais vasto da observação das dinâmicas regionais dos aprofundamentos em domínios temáticos de intervenção, em suma, de monitorização de resultados das políticas públicas objecto de financiamento pelos fundos estruturais.
- O Plano Global de Avaliação do Programa Intervir+, deve assumir uma visão de ciclo para o período 2007/2013 e incluir perspectivas de trabalhos mais específicas no horizonte 2010, correspondente ao primeiro terço de execução dos Programas, sem prejuízo de proceder a ajustamentos anuais que as dinâmicas de gestão e desenvolvimento das Intervenções venham a justificar.
- O Plano Global de Avaliação do Programa Intervir+, deve adoptar uma perspectiva predominantemente estratégica valorizando dimensões de intervenção de carácter temático que constituem domínios inovadores e de potencial valor acrescentado que devem beneficiar de uma monitorização estratégica atenta e com concentração de recursos, na óptica do acompanhamento e avaliação.

Assim, a adopção de uma perspectiva predominantemente estratégica tem como corolário a necessidade de sistematizar um conjunto de matérias/temas que deverão ser objecto de uma maior atenção, a partir da entrada do Programa em velocidade de cruzeiro. Essa atenção deve centrar-se nas condições de eficácia, na produção de resultados e nos efeitos-tipo para que podem contribuir, na óptica das finalidades estratégicas e, designadamente, dos campos de intervenção com características inovadoras que o Programa introduziu nesta nova geração de políticas públicas, que é também nova nas perspectivas e no quadro de objectivos dos fundos estruturais.

No período inicial de vigência do Programa (2008-2009), e face ao grau de atraso no lançamento dos mesmos, considera-se pois haver vantagem em conciliar as perspectivas estratégicas e operacional, segundo uma óptica de aproximação aos elementos de concretização da mudança:

- Por um lado, em matéria de prioridades estratégicas de intervenção reflectidas nos Eixo Prioritário do Programa; e,
- Por outro lado, nas mudanças institucionais orgânicas e de modelo de gestão (Autoridade de Gestão vs. Organismo Intermédio).

Em idêntico sentido, é ainda entendimento da Autoridade de Gestão que as Avaliações parcelares (e de carácter expedito, nesta 1ª fase), deveriam adoptar uma perspectiva utilitária no sentido de contribuírem para evidenciar caminhos, e.g., em matéria de oportunidades de investimento, de domínios de aplicação das TIC, de necessidades de desenvolvimento da oferta formativa, da renovação das funções urbanas e territoriais.

2.3. Sistemas de Informação

No decorrer de 2007, deu-se início ao processo de adaptação do SIGMA ao período de programação 2007-2013.

Depois de conhecida a arquitectura geral dos sistemas de informação definida pela Autoridade de Certificação FEDER, a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, passou a integrar o Grupo Técnico de Trabalho GTT-SIGA, coordenado pela CCDR-Norte, e constituído pelas Autoridades de Gestão dos Programas Regionais FEDER.

No âmbito deste grupo de trabalho foram discutidas estratégias para o desenvolvimento dos sistemas de informação FEDER e foram avaliados os diversos sistemas de informação utilizados no âmbito do QCA III.

Da análise efectuada, uma vez que o SIGMA recolheu opiniões bastante favoráveis por parte dos participantes no GTT-SIGA, iniciou-se um processo de análise do módulo Bolsa de Candidaturas SIGMA utilizado no POPRAM III.

Entretanto, face ao interesse manifestado por algumas das Autoridades de Gestão no Sistema Integrado de Gestão de Financiamento de Projectos da Região Autónoma da Madeira (SIGMA), a Autoridade de Gestão do PO FEDER Madeira, disponibilizou-se em ceder a título não oneroso o seu sistema de informação, às entidades que o pretendessem utilizar, como solução de contingência, ou como sistema de informação principal no âmbito do actual período de programação.

Com base, no levantamento efectuado, e considerando os contributos obtidos no âmbito do GTT-SIGA, a análise dos regulamentos gerais e de aplicação e as oportunidades de melhoria identificadas no decorrer do anterior período de programação, iniciou-se o processo de adaptação do SIGMA ao QREN, tendo-se obtida a primeira versão da Bolsa de Candidaturas, durante o mês de Dezembro de 2007.

Atendendo ao princípio da desmaterialização de procedimentos anunciada para o QREN, desencadeou-se, ao abrigo do contrato de manutenção evolutiva e correctiva do SIGMA, o processo de aquisição de um conjunto de horas suplementares, para fazer face ao esforço de desenvolvimento do processo de adaptação do sistema ao novo período de programação e à implementação do módulo de gestão documental de suporte ao sistema, denominado por SIGMA PaperLess.

Durante o segundo semestre de 2007, encetou-se um processo de implementação de melhorias ao nível da segurança do sistema de informação da Autoridade de Gestão, de acordo com o definido numa norma de referência internacional, tendo também procurado sensibilizar os demais organismos participantes na gestão de projectos co-financiados para a importância desta matéria.

O organismo intermédio IDE-RAM, iniciou em 2007 a preparação do **Subsistema de Recepção e Análise de Candidatura dos Sistemas de Incentivo** (SRACSI) para a importação de dados para o sistema de informação do Programa (SIGMA).

Paralelamente foi iniciado um projecto integrado de implementação de uma infra-estrutura tecnológica com o objectivo de corrigir e melhorar o nível de segurança no sistema de informação do IDE, tendo-se procedido a um estudo prévio no sentido de identificar as soluções técnicas para a problemática de segurança da informação.

Quadro 5 - Planeamento de Actividades de Adaptação do SIGMA ao Programa Intervir+

	Início		2007						2008					
	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J		
Migração Plataforma														
Bolsa Candidaturas														
Análise Candidatura														
Indicadores														
Pedidos de Reprogramação														
Registo Despesa														
Registo de Pagamentos														
Relatórios Prioritários														
Execução (Despesa/Pagamentos)														
Certificação de Despesa														
Importação Fichas Análise SRACSI*														
Acompanhamento														
Auditoria/Controlo														
Gestão de Devedores														
Interligação SIGA AC**														

*) Subsistema de Recepção e Análise de Candidaturas dos Sistemas de Incentivo

**) Dependente do Desenvolvimento do SIGA AC

2.4. Descrição do Sistema de Gestão e Controlo

O Instituto de Desenvolvimento Regional, na qualidade de Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ é responsável pela descrição do Sistema de Gestão e Controlo em conformidade com o Artigo 71º. (Criação dos sistemas de gestão e controlo) do Regulamento (CE) N° 1083/2006, de 11 de Julho, e o Anexo XII do Regulamento (CE) N° 1828/2006, de 8 de Dezembro.

O IFDR, IP, Autoridade de Certificação do Programa Intervir+ é o organismo responsável pela coordenação, gestão e monitorização financeira do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão, bem como pela certificação de despesas e pelo exercício das funções de pagamento e de controlo das intervenções destes fundos.

A preparação da elaboração da descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Intervir+ teve o seu início apenas no final do mês de Dezembro de 2007.

Este trabalho teve como antecedentes uma reunião realizada em Lisboa, no dia 17 de Dezembro de 2007, promovida pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), Autoridade de Auditoria dos Programas Operacionais Temáticos e dos Programas Operacionais Regionais.

A reunião teve como principal objectivo reunir as Autoridades de Gestão dos PO, e desenvolver o tema “Quadro de Referência Estratégica Nacional – Avaliação dos sistemas de gestão e de controlo” através da discussão de temas como o Programa de trabalho a adoptar em 2008 nas auditorias de avaliação da conformidade dos sistemas de gestão e controlo, os seus requisitos e a respectiva definição do cronograma para o ano 2008 das tarefas inerentes ao Artigo 71º do Regulamento N° 1083/2006, de 11 de Julho.

De salientar ainda os aspectos que decorrerão do “Compliance Assessment”, tendo sido divulgado um exemplar do questionário para o parecer de conformidade – QREN a ser preenchido pela IGF aquando da análise do sistema de gestão e controlo.

Sobre o “Compliance Assessment” foram discutidas as “Key Requirement” que terão que ser satisfeitas pelas AG, permitindo obter um parecer favorável da IGF.

Finalmente foi definido um cronograma de trabalhos por parte da IGF junto às AG para avaliação do sistema de gestão e controlo.

3. Análise do progresso do Programa Operacional

Este capítulo pretende descrever o estado de avanço na realização do Programa, em termos de execução financeira e física do Programa Operacional.

3.1. Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Em termos de fluxos financeiros com a Comissão Europeia, é de reportar somente a transferência do 1º adiantamento, um adiantamento de 2% no valor de 6.410.980,08€, correspondente à participação do FEDER, para o IDR, Autoridade de Gestão do Programa, a 21 de Dezembro de 2007 (Anexo 3).

O Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, Autoridade de Certificação do Programa Intervir+, recebeu esse adiantamento da Comissão Europeia, no dia 30 de Outubro de 2007, transferindo-o posteriormente para o IDR.

No ano de 2007 não existiram pagamentos realizados aos beneficiários e consequentemente não existiu execução financeira do Programa Intervir+.

3.2. Candidaturas apresentadas, aprovadas e excluídas

No ano de 2007 não houve apresentação de candidaturas.

3.3. Execução financeira do Programa Rumos e por eixo prioritário

No ano de 2007 não existiu qualquer execução financeira do Programa Intervir+ (execução nula).

3.3.1. Financiamento aprovado e despesa executada

Considerando que à data não ocorreu qualquer aprovação de operações, por conseguinte, não existe despesa executada ou anulação de montantes financeiros a registar (execução nula).

De referir igualmente que, não existem alterações substanciais que afectem as condições que justificaram a atribuição de comparticipação comunitária, nem foram registadas quaisquer alterações na repartição indicativa da programação do FEDER por categoria de despesa.

3.3.2. Financiamento de grandes projectos e subvenções globais

Em resultado do reportado atrás, importa sublinhar que não foi assim apresentado qualquer projecto ao PO com a dimensão definida no art. 39.º do Regulamento (CE) 1083/2006 e por conseguinte não existiu qualquer financiamento (execução nula). Será no entanto de referir que os mesmos encontram-se em fase de preparação, perspectivando-se a sua apresentação para 2008.

3.3.3. Utilização da Assistência Técnica

No decurso do ano de 2007, a Autoridade de Gestão não utilizou as verbas afectas ao Eixo VI – Assistência técnica (execução nula).

3.4. Execução física do Programa Operacional por Eixo Prioritário

Tratando-se o ano de 2007 do ano de implementação do Programa Intervir+, não houve qualquer avanço na sua realização em termos de realização física ou de resultados alcançados.

Efectivamente até ao final do ano, não ocorreu qualquer aprovação de operações e por conseguinte, não existe execução física a registar no ano de 2007 (ver Anexo 3).

4. Acções de divulgação, informação e publicidade

A fim de garantir os objectivos subjacentes à divulgação, informação e publicidade a Autoridade de Gestão iniciou a preparação de todo o processo de criação da imagem e da própria estratégia de comunicação para o Programa. O ano de 2007 foi assim o ano em que se pensou a imagem em paralelo com a negociação do Programa.

No primeiro semestre de 2007, foram iniciados os trabalhos relativos à criação da marca, enquanto que no segundo, foram desenvolvidas todas as iniciativas necessárias ao lançamento do Programa.

Definiu-se como estratégia a criação de uma marca que fosse não só simples, de fácil memorização, mas que, sobretudo, transmitisse uma imagem institucional ligada à economia e ao território e que fosse convergente com a marca do Programa Intervir+ (Programa Operacional do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM), cuja missão é a de abater todas as barreiras que dificultam o desenvolvimento da Região no sentido da Região estar activamente inserida no grande espaço europeu.

A criação da marca do Programa realizou-se em dois momentos: num primeiro momento a criação de nome comercial, português e de fácil memorização e, num segundo momento, a criação de uma imagem institucional que transmitisse, sobretudo, responsabilidade, consciência, disciplina e coerência da acção.

A complexidade e a indecifrabildade do descritivo ou de uma abreviatura do Programa Operacional de Valorização do Potencial Económico e Coesão Territorial da RAM – POVPECT, impossibilitava a sua transformação em códigos de marca, pelo que a construção de uma marca que transmitisse o propósito a que o Programa se comprometia levou a eleger a denominação Intervir+.

O nome Intervir+

- Simplifica a designação do Programa;
- Facilita a identificação e a memorização colectiva;
- Intervir - implica Acção, Vontade, Envolvimento, Empreender e Participar empenhadamente no Crescimento da RAM;
- A introdução do símbolo “+” acrescenta valor e responsabilidade e orienta para a acção de Intervir.

Foi com esta base de acção “Intervir+” que se edificou a imagem corporativa da marca, transpondo para os seus elementos gráficos todos os valores estruturantes da aplicabilidade dos seus benefícios enquanto Programa de Valorização do Potencial Económico e da Coesão Territorial de uma RAM, geradora de experiências que tocam as mentalidades e a sua transformação, desejada por todos, sobretudo pelas novas gerações.



Os criativos sugeriram uma Imagem de simbologias que pretendia transmitir:

- Pela sua cromia castanha, a cor da terra e de uma realidade que se vive no dia a dia, com a sua nobreza muito ligada à responsabilidade, à maturidade, à consciência, à disciplina e à coerência da acção;
- Uma cromia única que, interagindo com a funcionalidade do logótipo, promove a fácil memorização colectiva;
- A árvore, como ícone gráfico que incorpora o logótipo, de tão universal, é em si a imagem do Crescimento e o símbolo de trabalho e de frutos colhidos, quando a nossa intervenção e de todos é empenhadamente positiva.

Lema do Programa

Como na fase de lançamento do Programa o Plano de Comunicação ainda não havia sido concebido, a Autoridade de Gestão utilizou a frase de lançamento: Pelo crescimento sustentado, vamos Intervir mais, que terá continuidade até o Plano de Comunicação ser aprovado com o objectivo de despertar a curiosidade por parte do público.

Esta frase será substituída pelo lema institucional do Programa a definir no Plano de Comunicação até ao fim da execução do Programa Operacional.

Sítio web

No Sítio web do IDR, foi criada uma área para o Programa Intervir+ (www.idr.gov-madeira.pt/intervir+) com vista a concentrar toda a informação, designadamente: as informações gerais, informações específicas, manuais, guias, regulamentos, sistema de informação, informação e publicidade, listagem dos beneficiários, etc.

Materiais Publicitários e de Merchandising

Foram preparados os seguintes produtos publicitários:

- Publicação do Programa em suporte papel e informático (CD e Sítio web do Programa);
- Desdobráveis;
- Flyers por cada Eixo Prioritário à excepção do Eixo 3 pelo facto de ter a ver com a Assistência Técnica;
- Cartazes para mupi's e autocarros;
- Anúncios publicitários para a imprensa escrita e revistas;
- Pastas para conferência;
- Blocos;
- Esferográfica;
- USB's;
- Vídeo de lançamento;
- Spot para a TV e Rádios, também de lançamento.

Todos estes materiais foram divulgados aquando da realização da Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa em Dezembro de 2007.

Medidas de Informação

A Autoridade de Gestão pretendeu assegurar, por um lado uma ampla divulgação do Programa, utilizando os mais variados meios de comunicação e por outro informações claras sobre as condições de elegibilidade, os procedimentos de análise das candidaturas e financiamento e dos prazos envolvidos, os critérios de selecção e os pontos de contacto a nível regional onde podem ser obtidas informações sobre o Programa.

Estas medidas pretenderam pautar-se pelos seguintes valores:

- Fiabilidade e Transparência - Como garantia de uma clareza plena de actuação e de informação das regras, das potencialidades e das vantagens competitivas do Programa.
- Facilidade de aproximação - Informação ao alcance de todos os cidadãos, potenciador da mobilização dos Beneficiários alvo e indutor do reconhecimento da sua relevância pelo público em geral.

- Modernidade e Dinamismo - Como valores de actualidade, de pertinência e de inovação, aceleradores de uma procura qualificada, ávida de conhecimento, de informação e de igualdade de oportunidades.
- Perceptibilidade e Eficácia - Como valores geradores da compreensão imediata da mensagem, da sua oportunidade e indutores da confiança e da urgência do Programa na consolidação do progresso e da competitividade dos Cidadãos da Região Autónoma da Madeira.

Para o lançamento do Programa Rumos, desenvolveu-se uma grande campanha de informação e publicidade com vista a abranger todo o público-alvo: entidades beneficiárias (potencias e finais) e público em geral.

Os meios utilizados abrangeram a comunicação social, a imprensa escrita regional, sopts televisivos e radiofónicos, anúncios publicitários em revistas, o Sitio Web e a newsletter do IDR, bem como outros meios (Anexo I):

■ Comunicação Social

Foram abrangidos os vários órgãos regionais: imprensa escrita, rádios e televisão, tendo sido divulgados: anúncios, comunicados de imprensa e o convite para a Sessão Pública de Apresentação Oficial, em Dezembro de 2007.

■ Imprensa escrita regional



■ Spots

Transmissão de um spot de apresentação do Programa na RTP-Madeira, com a duração de 1 minuto, durante 1 semana, de 18 a 24 de Dezembro, no horário nobre.

Transmissão nas Rádios (JM 88.8 e Rádio Popular) de um spot de apresentação do Programa, com a duração de 30 segundos, de 18 de Dezembro de 2008 a 17 de Janeiro de 2009.

■ Revistas das Companhias Aéreas Portuguesas que operam na RAM

Anúncios publicitários, na Revista UP – N.º 1 / Novembro de 2007 e na Revista Azorean Spirit – Edição Inverno 2007 (Dezembro, Janeiro e Fevereiro)



■ Sítio web

Toda a informação disponível foi divulgada no sítio web do IDR na área reservada ao Programa Operacional.

■ Newsletter

A Newsletter n.º 19 – Dezembro de 2007 – 1250 exemplares, encontra-se disponível no endereço: <http://www.idr.gov-madeira.pt/pt/module.asp?MOD=Newsletters&CID=1041> e a sua distribuição foi via correio electrónico e via correio normal.



■ Outros meios:

Utilizaram-se Mupi's de Rua – nas principais ruas do Funchal (no centro e nas entradas e saídas da Cidade), num total de 16 cartazes, de 18 a 26 de Dezembro.



Abrangeram ainda Autocarros – anúncio no óculo traseiro de 25 autocarros a circular desde 18 de Dezembro de 2007 na Cidade do Funchal, com a duração de um mês e Salas de Cinema - apresentação do anúncio publicitário com a duração de 1 minuto, durante uma semana (de 20 de Dezembro a 2 de Janeiro) em 5 salas de cinema.

■ Sessão Pública de Apresentação Oficial do Programa Operacional.

A Autoridade de Gestão organizou uma Sessão Pública, aberta a todos os intervenientes (potenciais entidades beneficiárias) e ao público em geral, no dia 18 de Dezembro de 2007, na cidade do Funchal, no CIFEC - Centro Internacional de Feiras e Congressos do Madeira Tecnopolo.



Intervenção da Autoridade de Gestão do Programa, Dr. Sílvio Costa

Para a divulgação do convite da Sessão foram utilizadas várias formas de comunicação: suporte papel por correio normal, correio electrónico, sítio web e imprensa escrita.



Cada participante recebeu uma pasta com o Programa em suporte papel e em CD, um desdobrável e 5 flyers relativos aos Eixos I, II, III, IV e V e um bloco, uma esferográfica e um USB alusivo ao Programa.

■ Desdobrável



■ Flyers



Plano de Comunicação

Em 2007, a Autoridade de Gestão deu início à preparação do processo de consulta prévia a três empresas na área da Comunicação, no sentido de adjudicar uma proposta para o Plano de Comunicação. A consulta foi no entanto adiada para o início do ano seguinte, devido ao facto dos dados preliminares do Estudo do impacto das acções de informação e Publicidade, encomendado pelo IDR, no âmbito do POPRAM III, à empresa AEM – Análise Estatística da Madeira, só estarem disponíveis nessa altura.

A preparação do Plano de Comunicação irá ter por base referenciais como o Livro Branco sobre “Uma Política de Comunicação Europeia”, de 1.2.2006, os Regulamentos da Comissão Europeia aplicáveis, os normativos nacionais e a própria Decisão do Programa, bem como o já referido Estudo do Impacto das Acções de Informação e Publicidade.

5. Principais dificuldades encontradas na implementação do Programa Operacional

O ano de 2007 foi o ano das negociações do Programa, o que constituiu per si um constrangimento ao bom e atempado desenvolvimento dos instrumentos de aplicação do Programa, isto por envolver ou canalizar necessariamente recursos para uma dimensão diversa.

É certo que as articulações que decorreram, quer com as Autoridades Nacionais, quer com as Autoridade Comunitárias, embora com algumas delongas, foram determinantes para levar a bom termo o resultado das negociações, mas a Região, por se encontrar num enquadramento diverso dos restantes Programas do QREN, não beneficiou em toda a sua extensão, das articulações que se desenvolveram após as decisões de aprovação dos Programas.

Tal facto, aliado à circunstância de a aprovação dos PO ter ocorrido no último trimestre de 2007 dificultou a concepção e execução dos instrumentos necessários à implementação do Programa.

Porventura será de referir a alteração orgânica do Governo Regional e consequentes repercussões nas diferentes orgânicas dos serviços públicos, a qual, embora não sendo um elemento identificado como resultante do Programa, influenciou, pelo contexto de incerteza que provocou, toda a actividade do IDR e do(s) organismo(s) associados à preparação e implementação do Programa, com os consequentes atrasos e constrangimentos na definição de políticas e na concepção dos instrumentos necessários à implementação do Programa.

Em 2007, foi ainda constatado pela AG, designadamente em sede de preparação de contratos de delegação de competências, a existência de bastantes dúvidas sobre a interpretação a dar aos normativos comunitários em matéria de auxílios de estado, designadamente no que se refere à questão da articulação entre os diversos regulamentos de isenção existentes, bem como à questão da cumulação de incentivos.

Esta constatação é particularmente relevante, tendo em conta o facto de estarmos perante matéria dominada por poucas pessoas a nível nacional, e em especial por não existir sobre esta matéria, a este nível, qualquer entidade formadora que promova acções de formação. Conhece-se apenas a existência de uma entidade a nível europeu (EIPA) que, com alguma frequência, promove seminários sobre auxílios de estado. Ainda assim, os seminários promovidos por esta instituição são relativamente curtos.

Tendo em conta que o Programa Intervir+ pode financiar operações que tenham implicação em qualquer um dos domínios em que existem regulamentos de isenção em matéria de auxílios de estado ou em que existem orientações da Comissão sobre estas matérias, e que a dimensão dos recursos humanos directa ou indirectamente afectos a um Programa com este nível de dotação, pode não facilitar uma especialização nestas matérias, podemos antever algumas dificuldades, já que o grau de especialização exigido, torna difícil a resolução das lacunas atrás mencionadas a nível dos PO Regionais.

Desta forma é intenção da AG ter pleno acesso à “Rede de Informação sobre Auxílios de Estado” a criar por virtude do disposto no artigo 19º do DL 287/2007 de 17 de Agosto, de forma a ultrapassar os constrangimentos mencionados no parágrafo anterior.

Relativamente à intervenção do IDE-RAM (Organismo Intermédio), em 2007, as principais dificuldades encontradas na implementação do Programa relacionam-se, igualmente, com a data de aprovação do próprio Programa.

Neste contexto, destaca-se o Sistema de Incentivos ao Funcionamento (Sobrecustos), pelas dificuldades demonstradas pelas entidades envolvidas em concretizar a elaboração desse sistema, o que resulta de este ser um novo instrumento de apoio às empresas regionais, que visa financiar despesas geralmente não financiadas em sistemas de incentivos (comportando, por isso, uma série de dificuldades de implementação). Sendo este um projecto com um carácter inovador e de elevado grau de especificidade técnica, considerou-se necessário e oportuno o recurso a consultoria técnica externa para apoio na sua elaboração e regulamentação.

Por outro lado, e considerando que para o actual período de programação a Região Autónoma da Madeira não tem acesso a programas temáticos de nível nacional, houve necessidade de desenhar toda uma nova arquitectura para o sistema de informação a utilizar no âmbito do Programa, contemplando as políticas de segurança necessárias, bem como novas ferramentas de gestão e análise de candidaturas.

Em virtude de em 2007 não terem sido publicados os instrumentos de apoio às empresas, nomeadamente no que respeita aos diferentes sistemas de incentivos integrados no Programa Intervir +, o IDE-RAM (futuro Organismo Intermédio) não desenvolveu, naquele ano, as respectivas acções específicas de divulgação, informação e publicidade.

No entanto, e com a publicação do Decreto Legislativo Regional nº 22/2007/M, de 7 de Dezembro, que definiu as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio ao Investimento, Financiamento e Funcionamento das empresas da Região Autónoma da Madeira, constituindo-se deste modo enquanto “instrumento chapéu” para a regulamentação da nova geração de sistemas de incentivo, foi iniciada através do sítio web do IDE (www.ideram.pt) a divulgação desta informação.

Por fim, e relativamente a determinados elementos necessários à eficaz implementação do Programa, associados nomeadamente à coordenação do processo de Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e do processo de monitorização estratégica e operacional, e outros, um aspecto que tem introduzido alguns constrangimentos, tem sido a ausência de articulação, ou pelo menos, mais directa, como a que foi estabelecida na fase de negociação do Programas, no âmbito do QREN, que trouxe para essa fase várias economias de escala na preparação de todo o referencial necessário.

6. Medidas adoptadas para garantir a compatibilidade com as políticas comunitárias

Em 2007 foi dado a conhecer o projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna, as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março e ainda no final do ano, a 10.12.2007, deu entrada nos serviços do IDR, documento oriundo do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR), entidade que integra a Comissão de Coordenação Técnica do QREN, no qual se dá conhecimento de versão final de documento apresentado pela Comissão Europeia ao Comité de Coordenação dos Fundos, relativo a correcções financeiras a aplicar a irregularidades em sede de contratação pública.

Da sua análise resulta claro que é firme intenção do Comissão Europeia adoptar tal documento e da mesma forma se pode concluir que este se aplica não só ao período de programação 2000-2006, como ao período 2007-2013. Por outro lado, é inequívoco que esse documento também se aplica, quer a irregularidades detectadas no âmbito de financiamentos pelos fundos estruturais, quer pelo fundo de coesão.

Parece igualmente claro que esse documento deverá ser adoptado por todos os níveis de auditoria, mas também ao nível das verificações a efectuar pelas autoridades de gestão no âmbito do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006.

Durante o ano de 2007, quer a Autoridade de Gestão, quer o Organismo ou Organismos a quem serão delegadas funções de gestão no âmbito dos Sistemas de Incentivos, iniciaram os procedimentos internos subjacentes às medidas a adoptar para garantir a compatibilidade com as dimensões horizontais das políticas comunitárias, nomeadamente no que respeita a regras de contratação pública, igualdade de oportunidades e questões ambientais.

Por ser matéria em que a prática transferida do quadro de programação anterior pouco valor trouxe, a Autoridade de Gestão, pretende aprofundar estas temáticas horizontais e desenvolver instrumentos específicos de modo a integrar a análise dessas três dimensões horizontais no Programa através dos instrumentos de gestão, a qual terá por suporte um “check-list” sobre essas matérias, com o objectivo de sensibilizar os promotores para essas questões, e que será disponibilizada em sede de formulário e guias ou manuais associados.

Considerando que, em cumprimento da Directiva de 2001/42/CE foi desenvolvido um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) que incidiu nos Programas co-financiados pelo FEDER e/ou Fundo de Coesão, e no caso da Região, o Programa Intervir+ e o Eixo Madeira do PO Valorização Territorial, o qual deu inclusive origem a Recomendações da AAE para os diversos Eixos Prioritários do Programa Intervir+, a Autoridade de Gestão procurará sistematizar essas recomendações num instrumento de apoio à Gestão, na óptica da aplicabilidade de Regras Ambientais na apreciação dos projectos em sede de candidatura.

No que diz respeito à promoção da Igualdade de Oportunidades para todos e mais particularmente da Igualdade de Género, podemos adiantar que esta prioridade tem constituído preocupação das políticas regionais sendo de salientar os trabalhos desenvolvidos em 2007 para a aprovação do Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades em 2008.

Ao nível do Programa Intervir+ a observância dos projectos em sede de candidatura, deverá contemplar as recomendações propostas pelo GT Igualdade de Oportunidades, que funcionou no QCA III, nos Estudos e documentos resultantes da sua actividade.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, e relativamente a regras de contratação, em especial, por nesta nova geração de instrumentos existirem Sistemas de natureza mista, o cumprimento dos princípios deverá estar devidamente evidenciado nos casos em que o promotor do projecto seja uma entidade pública ou equiparada. De referir que o entendimento do que é entidade equiparada a entidade pública, sujeita, por isso, às normas de contratação pública, é material, ou seja, reporta-se à questão da existência de poderes directos ou indirectos de domínio por parte de entidades públicas sobre as entidades adjudicantes, quer estas sejam ou não constituídas

sob forma pública. Deste modo, em sede do formulário de candidatura, deverá ficar bem expresso a natureza jurídica do beneficiário, a estrutura accionista, de forma a se poder definir claramente se o beneficiário está ou não obrigado a aplicar os princípios da contratação pública no âmbito das empreitadas e aquisição de bens e serviços.

No que respeita à dimensão da igualdade de oportunidades, também para esta tipologia de intervenção, deverá constar, no formulário e no guia de candidatura, que o promotor não poderá, quer na actividade empresarial quer nas políticas de recursos humanos, utilizar qualquer processo ou instrumento que leve ou favoreça uma discriminação negativa quanto ao género, raça, etnia, religião ou condição física/social dos seus colaboradores, fornecedores ou clientes.

Quanto à dimensão ambiental, deverá da mesma forma estar expresso no formulário e no guia de candidatura a necessidade dos projectos contemplarem intervenções que utilizem sempre que possível energias limpas, eco-eficientes e com reduzida intensidade energética (dando preferência a fontes de energia renováveis endógenas), bem como intervenções que garantam uma gestão apropriada relativa à produção de resíduos, consumo de água, geração de fluentes e consumos energéticos.

No que respeita à complementaridade com as políticas de desenvolvimento rural e política agrícola comum, de referir que nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do DLR 20/2007/M de 17 de Novembro, compete à Comissão Governamental de Orientação e também ao Conselho de Governo, com respeito pelos normativos nacionais e comunitários, a direcção política e estratégica da aplicação na RAM dos demais financiamentos com origem comunitária e respectiva articulação entre si e com os PO da RAM.

Assim, para 2008 e com base no n.º 3 do artigo atrás citado, é intenção da AG submeter à consideração do Secretário Regional do Plano e Finanças o documento de orientação a ser aprovado pela Comissão Governamental de Orientação sobre estas matérias.

Por outro lado, no item “Autoridades de Coordenação, de Gestão e de Certificação” do Programa, tal como aprovado pela Comissão prevê-se que «Poderão participar nas reuniões da Unidade de Gestão, nos termos do seu Regulamento Interno, outras entidades regionais e nacionais – nomeadamente um representante do serviço que na RAM seja responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural”.

De referir que se prevê no início de 2008, aprovar o Regulamento Interno da Unidade de Gestão, o qual reflectirá a preocupação de complementaridade atrás referida.

Quanto aos auxílios de estado, importa referir que no ano de 2007 existiam apenas projectos de sistemas de incentivos, tendo sido publicado o DLR 22/2007/M, de 7 de Dezembro, que define as linhas orientadoras para a utilização dos instrumentos de apoio ao investimento, financiamento e funcionamento das empresas da Região Autónoma da Madeira.

Nos finais de 2007, e com grau de maturação já relevante dos sistemas de incentivos supra-referidos, só o Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SIRE) se encontrava em fase avançada de elaboração. Esse sistema de incentivos será “De minimis”.

Para o ano de 2008, prevê-se, como forma de controlo dos incentivos a conceder por via do regime de incentivos atrás mencionado, manter-se a opção pelo recurso a uma base de dados nacional de apoios para controlo dos incentivos da minimis. Deste modo, a concessão de um apoio “De minimis” fica condicionada à consulta e verificação dos limites (determinados em função da referida base de dados nacional).

7. Evolução previsível para o ano seguinte

No que se refere a previsões da execução financeira, o presente e último capítulo procura, na medida do possível, dar uma antevisão dos progressos expectáveis para o ano de 2008.

Relativamente à gestão do Programa Intervir+ prevê-se, no primeiro semestre de 2008, concluir os Manuais de Procedimentos do FEDER (organismos públicos), a par de toda a documentação de apoio à análise das operações (fichas de análise e check-lists).

Estarão igualmente concluídos em 2008 os formulários de candidatura, os diferentes Guias de formulários de candidatura, as fichas de análise, os formulários de pedido pós contratação, bem como a ficha de análise dos pedidos de pagamento dos Sistemas de Incentivos.

Por outro lado, dar-se-á início à aprovação de candidaturas e consequente execução física e financeira das operações.

É igualmente expectável que no ano de 2008, o Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional (IFDR), enquanto entidade responsável pela monitorização operacional e financeira nas matérias relativas às operações co-financiadas pelo FEDER, proceda ao envio do modelo dos mapas de reporte de informação física e financeira das operações, a preencher pela Autoridade de Gestão.

A Autoridade de Gestão, no primeiro trimestre do ano, procederá ao envio de um primeiro conjunto de orientações em matéria de Contratação Pública, Auxílios de Estado, Igualdade de Oportunidades e Regras Ambientais, direccionadas para os organismos da administração pública com os quais se preveja ou tenha já sido efectuada delegação de competências.

A Autoridade de Gestão do Programa Intervir+, prevê apresentar à Comissão Europeia no primeiro semestre de 2008, uma descrição do sistema de gestão e controlo, o qual deverá abranger todos os aspectos relativos à organização e procedimentos da autoridade de gestão, da autoridade de certificação, dos organismos intermédios, da autoridade de auditoria e de outros organismos que efectuem auditorias sob a sua responsabilidade, para posterior emissão do parecer de conformidade pela Inspeção-Geral de Finanças, autoridade de auditoria, e do qual deverão constar os resultados da avaliação do sistema criado, referenciado no art.º 71º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

Prevê-se a celebração de um contrato de delegação de competências entre a Autoridade de Gestão do Programa Intervir+ e o Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE-RAM), mediante o qual este organismo ficará associado à gestão do programa, para já, no âmbito de dois sistemas de incentivos às empresas, por serem os que se prevêem operacionalizados no 1.º semestre de 2008.

Vislumbra-se ainda como possível a celebração de idêntico contrato com organismo de natureza pública no âmbito da Investigação e Desenvolvimento, na medida em que a sua especialidade na matéria o poderá justificar, embora a esta data se esteja ainda em fase preliminar de contactos.

No âmbito do Contrato de delegação de competências a celebrar em 2008, o Organismo Intermédio (IDE-RAM), prevê a conclusão dos seguintes Sistemas de Incentivos:

- Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Inovação da Região Autónoma da Madeira (EMPREENDINOV);
- Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SIRE);
- Sistema de Incentivos à Qualificação Empresarial da Região Autónoma da Madeira (QUALIFICAR +);
- Sistema de Incentivos à Promoção da Excelência Turística da Região Autónoma da Madeira (SITURISMO);
- Sistema de Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultrapereficidade da Região Autónoma da Madeira.

Por outro lado, prevê-se a criação de Instrumentos alternativos de financiamento através da implementação do Micro-crédito.

Para o ano de 2008, e no âmbito das medidas de Informação e Publicidade, a Autoridade de Gestão tem previsto o desenvolvimento de um conjunto de acções, designadamente associadas à:

- Preparação do Plano Estratégico de Comunicação (PEC) dos Programas Operacionais da RAM. Este Plano tem previsto englobar os dois Programas Operacionais da RAM pelo facto do IDR ser a Autoridade de Gestão de ambos. Para a preparação do PEC, o IDR irá recorrer à contratação de uma entidade externa com experiência na área. A sua preparação irá ter por base o Regulamento (CE) n.º 1828/2006 de 8 de Dezembro e sob a coordenação da Divisão de Informação e Publicidade do IDR. Quanto aos elementos a constar no PEC, destacam-se os seguintes: Introdução e Contexto, Objectivos, Públicos-alvo, Estratégia da Comunicação, Acções de Comunicação, Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários, Investimento indicativo, Cronograma das acções, Monitorização e Avaliação e Direcção e Execução das Medidas de Informação e Publicidade.

- Implementação do PEC;

- Preparação e Publicitação da Listagem de Beneficiários cujas operações serão aprovadas no âmbito do Programa Intervir+, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1828/2006 de 8 de Dezembro – Artigo 7, ponto 2, alínea d), através do JORAM (Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira) e do Sítio web www.idr.gov-madeira.pt/intervir+.

Prevê-se ainda o lançamento do SIGMA – Sistema Integrado de Gestão de Fundos Comunitários da Madeira, a preparação e divulgação do Guia de Normas de Informação e Publicidade do Programa Intervir+, disponibilizar informações/esclarecimentos aos Beneficiários (potenciais e finais), à Comunicação Social e ao Público em geral e a divulgação da Listagem dos Beneficiários, bem como a implementação de acções com vista ao relançamento do Programa Intervir+.

Com a publicação dos instrumentos de apoio às empresas em 2008, nomeadamente no que respeita aos diferentes sistemas de incentivos integrados no Programa Intervir+, o IDE-RAM (futuro Organismo Intermédio) igualmente desenvolverá as respectivas acções específicas de divulgação, informação e publicidade.

Por fim, e no contextos dos fluxos financeiros com a Comissão, no quadro em baixo apresentam-se as previsões de execução financeira para o ano de 2008:

Quadro 6 - Previsão de Pedidos de Pagamento para 2008

	Pedidos de Pagamento a efectuar de 01.Jan.08 até 31.Out.08		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01.Nov.08 até 31.Dez.08		Total de Pedidos de Pagamento em 2008	
	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais)(1) pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da U.E.	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais)(1) pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da U.E.	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais)(1) pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da U.E.
Eixo I	250.000	200.000	625.000	500.000	875.000	700.000
Eixo II	125.000	100.000	375.000	300.000	500.000	400.000
Eixo III	625.000	500.000	1.250.000	1.000.000	1.875.000	1.500.000
Eixo IV	6.875.000	5.500.000	2.500.000	2.000.000	9.375.000	7.500.000
Eixo V	3.000.000	1.500.000	2.000.000	1.000.000	5.000.000	2.500.000
Eixo VI	470.588	400.000	117.647	100.000	588.235	500.000
TOTAL	11.345.588	8.200.000	6.867.647	4.900.000	18.213.235	13.100.000

(1) - Seguir o critério fixado para cada um dos eixos prioritários no quadro financeiro do Programa Operacional (eixos prioritários expressos em despesas públicas ou em custos totais)

Notas:

- os valores de pedidos de pagamento devem ter em conta o montante de despesa elegível validada até 1 mês antes da data indicada para o pedido de pagamento

- os valores a fornecer devem respeitar apenas aos períodos indicados, ou seja não devem ser acumulados

Em suma, a reflexão aqui introduzida permite-nos antever progressos significativos para o ano subsequente, esperando-se uma recuperação dos atrasos verificados de modo a prever um início do Programa com um bom ritmo de execução.

Fundamentalmente, consideramos que existem condições para que no ano de 2008 venham a ser implementados todo o conjunto de regras, regulamentos e normativos que constituem o quadro legal em que assenta o desenvolvimento dos Programas Operacionais. Desta forma, estarão ultrapassados os formalismos que permitirão a aprovação de candidaturas no âmbito deste Programa e como tal, é expectável que, atendendo aos níveis de realização de alguns projectos passíveis de apoio, seja certificada despesa.

Esta possibilidade, constitui uma vertente essencial para a Gestão, tanto no que concerne a uma efectiva operacionalização do Programa, como também, no que respeita à dinâmica que é necessária para o cumprimento da regra n+3, que recorde-se, tem no caso da RAM um patamar elevado que a programação estabelece. Adicionalmente com os critérios de selecção estabelecidos, há razões para crer que em 2008 se poderão alcançar estes objectivos de forma clara, transparente, rigorosa e coerente.

Ainda uma última nota, indo ao encontro do empenho demonstrado pelas equipas que tem estado envolvidas na implementação do Programa e para todos quanto têm colaborado directa ou indirectamente com a Gestão do Programa, pois a sua acção tem constituído um elemento determinante para um arranque sem constrangimentos de maior.

Anexos

Quadro 7 - Ficha de Programa (Anexo I)



PROGRAMA: PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA MADEIRA MADEIRA (Phasing In)

OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI: 2007PT162PO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4622 de 05-10-2007

Anexo I - Ficha do Programa

Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento de...	Concurso	
				Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EPI - Inovação, desenvolvimento tecnológico e sociedade do conhecimento	Incentivos Directos e Indirectos às Empresas	Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 07-12-2007	26.11.2007	-	-
		Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
	Sistema Científico e Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
	Modernização Administrativa	Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
EP2 - Competitividade da base económica regional	Projectos de investimento empresarial integrados e inovadores	Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 07-12-2007	26.11.2007	-	-
		Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
	Envolvente empresarial	Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
EP3 - Desenvolvimento sustentável	Estruturas de gestão ambiental de primeira geração	Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
	Riscos naturais e tecnológicos		26.11.2007	-	-
	Gestão ambiental sustentável, conservação da natureza da natureza e biodiversidade		26.11.2007	-	-
EP4 - Coesão territorial e governação	Infra-estruturas e equipamentos colectivos	Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
	Reabilitação urbana e rural		26.11.2007	-	-
	Cooperação interregional		26.11.2007	-	-
EP5 - Compensação dos sobrecustos da ultraperiferidade	Despesas de Funcionamento das Actividades Económicas	Decreto Legislativo Regional n.º 22/2007/M de 07-12-2007	26.11.2007*	-	-
		Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007		
	Infra-estruturas e equipamentos públicos	Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	26.11.2007	-	-
EP6 - Assistência Técnica	Gestão Operacional e Monitorização Estratégica	Regulamento Específico do Programa INTER-VIR+ (Aprovado pela Autoridade de Gestão em 17/12/2007)	-	-	-

* Na comissão de Acompanhamento de 26.11.2007 houve aprovação de parte dos critérios de selecção. Os restantes serão aprovados em 2008.

Quadro 8 - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia (Anexo 2)



PROGRAMA: PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA MADEIRA

OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI: 2007PT162PO002

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 4622 de 05-10-2007

Anexo IV - Pagamentos aos Beneficiários e Pagamentos da Comissão Europeia

Pagamentos aos Beneficiários			Pagamentos da CE		Taxa*
Organismo responsável	Data do Pagamento	Montante	Data do Pagamento	Montante	
			30-Out-07	6.410.980,08	

* Taxa = Pagamentos aos Beneficiários / Pagamentos da CE

Quadro 9 - Indicadores de Realização Física (Anexo 3)

Eixo Prioritário	Objectivos Específicos	Indicadores de Resultado	Unidade	2007	Metas	
					2010	2015
Eixo I - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	> Transformar o padrão de especialização e aumentar a inovação na economia da Região > Desenvolver a ciência, a tecnologia e a sociedade do conhecimento na Região > Melhorar a qualidade e a eficácia da Administração Regional	Investimento alavancado em Inovação/IDT	M€	0	2	5
		Actividades resultantes de projectos de Inovação/IDT em consórcio	n.º	0	2	5
		Investimento privado induzido	M€	0	4	10
		Serviços públicos online	n.º	0	38	50
Eixo 2 - Competitividade da Base Económica Regional	> Assegurar a sustentabilidade e a diversificação da economia regional > Melhorar a envolvente da actividade empresarial	Empregos brutos criados (ETI)	n.º	0	450	700
		Investimento privado induzido	M€	0	12	30
		Acréscimo da capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis	%	0	n.a	10%
Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável	> Melhorar a eficiência e a cobertura dos sistemas de abastecimento e tratamento de água e de resíduos sólidos urbanos > Prevenir, gerir e monitorizar riscos naturais e tecnológicos > Intervir no ambiente, na natureza e na biodiversidade	População servida por infra-estruturas ambientais intervencionadas	n.º	0	8.800	112.700
		Sistemas de gestão e melhoria dos descritores ambientais resultantes de projectos apoiados	n.º	0	3	6
		Sistemas / instrumentos de prevenção e gestão de riscos resultantes de projectos apoiados	n.º	0	2	3
		Indivíduos envolvidos em actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	n.º	0	3.150	3.500
Eixo 4 - Coesão Territorial e Governação	> Consolidar a cobertura regional das infra-estruturas e equipamentos colectivos > Apoiar a reabilitação urbana e rural > Conhecer boas práticas de desenvolvimento regional europeu	Acréscimo da capacidade de acolhimento de passageiros	%	0	20%	20%
		Investimento alavancado na área da cultura e lazer	M€	0	2	4
		Alunos abrangidos pelas escolas intervencionadas	n.º	0	1.020	1.520
		Redução do tempo de viagem - S. Jorge / S. Vicente	%	0	73%	73%
		População abrangida por projectos de reabilitação urbana e rural	n.º	0	21.740	56.360
Eixo 5 - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperifericidade	> Combater os efeitos negativos que a situação ultraperiférica determina para os agentes económicos regionais > Reduzir os custos adicionais que pesam sobre os investimentos públicos de interesse colectivo em razão da ultraperifericidade	Grau de representatividade das micro e pequenas empresas	%	0	65%	65%
		Redução nos (sobre)custos de gestão de resíduos, decorrente de projectos apoiados	%	0	50%	50%
		Redução do tempo de viagem, decorrente de projectos apoiados	%	0	83%	83%
Eixo 6 - Assistência Técnica	> Assegurar as condições adequadas para a gestão, acompanhamento, avaliação, monitorização e comunicação do PO	Execução da programação financeira relativa ao ano n-3 (ano n-2 a partir de 2011)	%	0	100%	100%
		Visitas ao sítio internet	n.º/ano	0	4.000	4.000
		Tempo médio de análise de candidaturas	dias	0	45	45

FONTE: Sistema de Informação do PO.

Quadro 10 - Indicadores de Resultados (Anexo 4)

Eixo Prioritário	Tipologia de Intervenção	Indicador de Realização		2007	Metas	
					2010	2015
Eixo 1 - Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade do Conhecimento	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Acções Inovadoras > Apoio ao Sistema Científico e Tecnológico > Economia Digital e Sociedade do Conhecimento > Modernização Administrativa	Infra-estruturas tecnológicas intervencionadas	n.º	0	3	5
		Projectos de Inovação/IDT	n.º	0	20	50
		Empresas participantes em projectos de Inovação/IDT	n.º	0	16	40
		Projectos na área da Sociedade da Informação	n.º	0	10	30
Eixo 2 - Competitividade da Base Económica Regional	> Incentivos às Empresas, designadamente PME > Engenharia Financeira > Acções Colectivas > Acolhimento Empresarial > Energia	Empresas apoiadas	n.º	0	250	500
		Instrumentos de engenharia financeira	n.º	0	1	2
		N.º de projectos no âmbito das energias renováveis (produção de energia eléctrica)	n.º	0	0	1
Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável	> Ciclo Urbano da Água - Sistemas em Baixa > Resíduos Sólidos Urbanos > Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos > Sistemas de gestão ambiental de segunda geração, Rede Natura e Biodiversidade	Nº de projectos de infra-estruturas ambientais	n.º	0	2	3
		Projectos destinados à melhoria dos descritores ambientais	n.º	0	2	5
		Projectos de prevenção e gestão de riscos	n.º	0	1	2
		Actividades de Sensibilização, Educação e Informação Ambiental	n.º	0	155	200
Eixo 4 - Coesão Territorial e Governança	Infra-estruturas e Equipamentos Colectivos: > Mobilidade > Culturais, de Potencial Turístico e de Lazer > Educação > Saúde e Desenvolvimento Social > Reabilitação Urbana e Rural > Cooperação Interregional	Projectos na área dos transportes	n.º	0	2	3
		Projectos na área da cultura e lazer	n.º	0	2	6
		Estabelecimentos de ensino intervencionados	n.º	0	1	2
		Rede viária intervencionada	km	0	15,35	15,35
		Projectos de reabilitação urbana e rural	n.º	0	1	2
Eixo 5 - Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade	> Incentivos às Empresas para Compensação dos Sobrecustos da Ultraperiferidade > Apoio ao Funcionamento e Prestação de Serviços de Interesse Económico Geral	Empresas apoiadas	n.º	0	200	320
		Projectos destinados à prestação de serviços públicos	n.º	0	4	7
		Rede viária intervencionada	km	0	3,65	3,65

FONTE: Sistema de Informação do PO.

Quadro II - Indicadores Comuns (Anexo 5)

PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL ECONÓMICO E COESÃO TERRITORIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA			
INDICADORES COMUNS (CE) PARA O FEDER E O FUNDO DE COESÃO		Eixos relevantes	2007
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	0
	2. dos quais: homens	Total do PO	0
	3. dos quais: mulheres	Total do PO	0
Áreas Temáticas			
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	I	0
	5. N.º de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	I	0
	6. Empregos na investigação criados	I	0
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	I, II e V	0
	8. dos quais: n.º de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	I, II e V	0
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	I e II	0
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	I e II	0
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	I e V	0
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	I e V	0
Transportes	13. N.º de projectos	IV e V	0
	14. N.º de Km de novas estradas	IV e V	0
	15. das quais: RTE	n.a.	n.a.
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	IV e V	0
	17. N.º de Km de novas ferrovias	n.a.	n.a.
	18. das quais: RTE	n.a.	n.a.
	19. N.º de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	n.a.	n.a.
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	IV e V	0
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	n.a.	n.a.
	22. Acréscimo de pop. servida por intervenções de expansão de sist. de transporte urbanos	IV	0
Energias Renováveis	23. N.º de projectos	II	0
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	II	0
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	III	0
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	III	0
	27. N.º de projectos de Resíduos Sólidos	III	0
	28. N.º de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	III	0
	29. Área reabilitada (em km ²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	III	0
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO ₂ equivalentes, kt)	II e III	0
Prevenção de Riscos	31. N.º de projectos	III	0
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	III	0
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	III	0
Turismo	34. N.º de projectos	II	0
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	II	0
Educação	36. N.º de projectos	IV	0
	37. N.º de alunos que beneficiam das intervenções	IV	0
Saúde	38. N.º de projectos	IV	0
Reabilitação Urbana	39. N.º de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	II e IV	0
Competitividade das Cidades	40. N.º de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	I e IV	0
Inclusão Social	41. N.º de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	IV	0

Quadro 12 - I&P - Intervir+ (Anexo 6)



INSERÇÃO DE PUBLICIDADE - 2007

Comunicação Social				
Meio	Data	Tipo de Publicidade	Condições de acesso	Tiragem/share
Jornal da Madeira	12 de Dezembro	Artigo + convite para Sessão Pública	Pago	9 Mil exemplares/dia
	14 de Dezembro	Convite para Sessão Pública		
	19 de Dezembro	Artigo	Gratuito	
Diário de Notícias	19 de Dezembro	Artigo	Gratuito	17.683 exemplares/dia
Tribuna da Madeira	Dezembro	1 anúncio	Pago	10.600 exemplares (Sextas-feiras)
Rádio JM - 88.8	18.12.2007 a 17.01.2008	2 anúncios x dia	Pago	Não existem dados
Rádio Popular (gratuito ao abrigo do Protocolo com o Governo Regional)	18.12.2007 a 17.01.2008	2 anúncios x dia	Gratuito (ao abrigo do protocolo com o Governo Regional)	Não existem dados
RTP-Madeira	18.12.2007 a 24.12.2007	2 anúncios x dia	Pago	90.000 a 120.000 de audiência/dia
Outros Meios de Publicitação				
Meio	Data	Tipo de Publicidade	Condições de acesso	Tiragem/share
Mupi's de Rua - Funchal	18 a 25.12.2007	16	Pago	16
Autocarros - Funchal	18.12.2007 a 17.01.2008	25		25 - circulação diária
Salas de Cinema - 5 Salas - Castello Lopes	20.12.2007 a 02.01.2008	Todos os dias - antes de cada sessão		Todos os dias - antes de cada sessão
Revista Nº 2 UP - TAP	Novembro	1 anúncio		65 Mil exemplares/mês
Revista Azorean Spirit - Sata	Dezembro	1 anúncio		20 Mil exemplares/trimestral



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional



QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



